

Reg.  
Boém

## ATA NÚMERO CINCO

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE TAVIRA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE  
NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO

---Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem do Dia: -----

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal;-----
2. Apreciação da Relação de procedimentos realizados ao abrigo da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais – Proposta nº 187/2017/CM;-----
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 235/2018/CM, referente à determinação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); -----
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 236/2018/CM, referente à determinação da participação variável no IRS; -----
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 237/2018/CM, referente à determinação da Derrama;-----
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 238/2018/CM, referente ao Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para 2019;-----
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 241/2018/CM, referente à avaliação do ativo imobilizado do Município de Tavira;-----
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 249/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Santa Luzia – Vila Natal 2018;-----
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 255/2018/CM, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Ano 2019;-----
10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 256/2018/CM, referente ao Contrato-programa para a Limpeza Pública no Concelho de Tavira (2019-2022);-----
11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 257/2018/CM, referente à Concessão de Circuitos de Transportes Públicos Urbanos na Cidade de Tavira. -----

----O **Presidente da Assembleia Municipal**, José Otilio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e quinze minutos. -----

----Informou que tinham um sistema de som diferente do habitual porque o anterior estava a causar problemas de gravação. Assim, pedia às bancadas que pretendessem usar da palavra que passassem os microfones para maior facilidade na gravação.-----

----Pelo **Presidente da Assembleia Municipal** foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os deputados municipais, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otilio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Filipe Albino Silva, Luís Manuel Duarte de Brito, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Otília Martins Cardeira, Narciso dos Reis Martins Barradas, Nelson Alexandre Brito Nascimento, Rodrigo Ferreira Aires, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Sílvia Alexandra Sanches Soares, Virgílio António Horta e Vitor Manuel do Nascimento Palmeira. -----

----A Deputado Municipal Elsa Maria da Conceição Martins solicitou substituição tendo sido substituída por Luís Filipe Albino Silva.-----

----Os deputados municipais Silvino Mário Pereira Dores Santos de Oliveira, Hugo Daniel Santos Gomes e Muriel Cristina Dias, solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Leonardo António Gonçalves Martins, Filomena Adelaide Pereira Sabino Matos substituída por Luís Manuel Duarte de Brito, e Nelson Alexandre de Brito Nascimento, respetivamente. -----

----O Deputado Municipal Pedro Miguel Entrudo Soares solicitou a substituição tendo sido substituído por Rodrigo Ferreira Aires.-----

----O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão e aprovação a ata da sessão anterior, ata número quatro, referente à sessão que se tinha realizado no dia vinte e oito de setembro. -----

----**Verificando que não havia intervenções, colocou a ata a votação que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava, cuja listagem se encontra em anexo à presente ata, como documento número um.**-----

----O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam realizar uma Assembleia Municipal Extraordinária no dia onze de dezembro que não poderia acontecer naquelas instalações uma vez que estavam ocupadas nesse dia, como praticamente todo o mês, pelo que iria realizar-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Tratava-se de uma reunião extraordinária, prevista no Regimento da Assembleia Municipal cujo único ponto da ordem de trabalhos era o debate sobre o estado do Município sendo que

já tinha combinado com os líderes de bancada a realização de uma reunião, na terça-feira seguinte, para definirem o funcionamento daquela sessão.-----

----Acrescentou que de qualquer modo seguiriam as respetivas convocatórias por via normal.-----

----Disse que tinha entrado na Mesa da Assembleia uma proposta, uma moção e um voto de pesar, pelo qual iniciariam, que tinha sido apresentado pela bancada do Partido Socialista (PS), a quem passava a palavra.-----

----A Deputada Municipal Maria José Mestre passou à leitura do voto de pesar:-----

----*“O cidadão Manuel Joaquim Romão dedicou a maior parte da sua vida ao exercício das funções de funcionário do Município de Tavira, destacando-se pela sua dedicação e trato afável, quer como um simples carpinteiro, participando ativamente no processo de modernização das oficinas municipais e de mudança para as novas instalações em Vale Caranguejo, quer como encarregado geral operacional, entre junho de 1997 e a sua aposentação em março de 2009.*-----

----*Neste período foi distinguido por duas vezes pelos órgãos do Município de Tavira com a Medalha Municipal de Bons Serviços e Dedicção, nos seus graus de Cobre (1998) e de Prata (2008).*-----

----*Para além do exercício de funções públicas por mais de trinta anos, ainda dedicou muitas das horas dos seus tempos livres ao exercício da função de bombeiro voluntário, servindo o Corpo de Bombeiros Municipais de Tavira, entre junho de 1981 e maio de 1985.*-----

----*O Município de Tavira e a cidade perderam no passado dia 7 de novembro um cidadão respeitado e empenhado na defesa dos interesses do concelho e do Município.*-----

----*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 29 de novembro de 2018, delibera:*-----

----*1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Manuel Joaquim Romão;*-----

----*2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada apresentando-lhe as mais sentidas condolências do Município de Tavira.”*-----

----**O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Joaquim Romão, apresentado pelo PS, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

----Passou à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda (BE) relativa à Derrama.-----

----O **Deputado Artur Sanina** disse que mesmo sabendo que a proposta do Executivo quando àquele assunto já tinha sido aprovada em Reunião de Câmara, tendo sido portanto aprovada uma determinada taxa, tinham pretendido apresentar aquela proposta para que a Assembleia Municipal também se pronunciasse sobre ela, que passava a ler:-----

----*“Considerando que:*-----

----*Conforme consta no nº1 do artigo 18º da Lei de Finanças Locais, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.*-----



---A cobrança da derrama destina-se ao financiamento dos projetos que integram os planos de atividades dos municípios.-----

---De acordo com o nº2 do citado artigo 18º, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais que um município, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional, conforme declaração de rendimentos Modelo 22.-----

---O não lançamento da derrama é um benefício às grandes empresas prejudicando o aumento das receitas e o conseqüente benefício do município e dos seus munícipes.-----

---Pelo exposto, e tendo em conta que os municípios não devem desperdiçar a receita prevista na legislação das finanças locais, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária de 29 de Novembro de 2018, propõe:-----

---1 – Que seja lançada uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), para sujeitos passivos cujo volume de negócios seja superior a 150.000 euros.”-----

---Referiu que tinham apresentado aquela proposta por considerarem que os munícipes de Tavira poderiam beneficiar com aquela medida sendo que a justificação apresentada pelo Executivo para a não existência da derrama era também apresentada por mais de cem municípios, cujo argumento consideravam ser falso pois tinham que ter em conta que a derrama em muitos casos incidia sobre empresas que estavam localizadas em mais que um município e se tratavam de empresas que apresentavam lucro. Assim, concluíam que os decisores autárquicos que escolhiam não cobrar a derrama estavam objetivamente a desperdiçar um imposto municipal e a favorecer as grandes empresas privadas que exerciam atividades industriais, comerciais, agrícolas, ou outras, em mais do que um território municipal e que as pessoas desses municípios ficavam privadas de uma receita municipal que poderia ser investida para a melhoria do espaço público e dos equipamentos municipais.-----

---Acrescentou que relativamente aos postos de trabalho que aquelas empresas podiam proporcionar existiam dois casos concretos, pois de acordo com as informações que tinham obtido da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) as grandes empresas, como era o caso dos trabalhadores da Driscoll's, estavam a exigir aos trabalhadores doze horas de trabalho, alterações aos turnos sem qualquer informação para as mesmas, o que afetava as suas famílias, e a pagar salários baixíssimos.-----

---Concluiu dizendo que a apresentação daquela proposta tinha por base todas aquelas informações que tinham recolhido.-----

---O **Deputado Municipal Rodrigo Aires** referiu que gostava de questionar o BE se efetivamente tinham contabilizado o número de empresas que em Tavira estariam em condições de pagar a derrama e qual seria o montante daquela receita para o Município.-----

----O **Deputado Municipal Artur Sanina** respondeu que se tratavam das grandes superfícies tendo o BE identificado três ou quatro que também tinham negócios noutras locais do país. Como casos concretos referia o Continente, o Pingo Doce, o Aldi, o Lidl, e existiam outras empresas que beneficiavam da não aplicação da derrama cujo volume de negócios era elevado, como eram os casos das instituições bancárias e companhia de seguros. Todavia, como até tinha sido explorado nas Jornadas Parlamentares do PS, existiam duas empresas que se tinham instalado no concelho, a Driscoll's que tinha grande predominância no litoral alentejano, Odemira, e que o volume de negócios também atingia os valores referidos na proposta que tinham apresentado, contudo os postos de trabalho criados tinham sido praticamente nulos porque quem ali trabalhava eram sobretudo imigrantes provenientes da Ásia cujas condições de trabalho que lhes eram proporcionadas, não concordavam. -----

----O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que aquela era uma proposta que também ali tinham apresentado nos anos anteriores e que inclusivamente tinha sido apresentada pelos Vereadores do Partido Social Democrata (PSD) em Reunião de Câmara. Considerava que se tratava de uma questão de dignidade pois se aos particulares eram exigidos impostos que eram pesados, pensava que as empresas de um nível considerável e que tinham lucros no concelho também deveriam de participar no orçamento municipal e constituir uma mais-valia para o que era a receita do Município, pelo que mais à frente na discussão daquele ponto iriam voltar ao assunto, mas eram favoráveis à questão levantada. ---

----O **Deputado Municipal José Graça** disse que no dia anterior tinha sido apresentado a nível nacional um estudo desenvolvido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos sobre a qualidade da governação local em Portugal e um dos títulos que lhe tinha chamado à atenção era o facto de serem os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e da região do Algarve onde a carga fiscal era maior. Tinha-se recordado que aquela constatação que a Fundação Francisco Manuel dos Santos tinha efetuado presentemente, no ano de dois mil e dezoito, era a mesma constatação que os candidatos do PS do concelho de Tavira tinham feito no ano de dois mil e nove, que a autarquia penalizava de forma excessiva as famílias e as empresas localizadas no concelho pelo que tendo sempre em consideração e em conta a necessidade de equilíbrio das contas municipais, tinham desde aquela altura tomado a opção de desagrar progressivamente a carga fiscal sobre as famílias e sobre as empresas. -----

----Numa primeira fase tinham eliminado progressivamente a derrama que existia e que então penalizava as empresas de Tavira independentemente do seu tamanho, criando condições para que todas fossem mais competitivas em termos locais e regionais. -----

----Posteriormente tinham vindo a procurar, salvaguardando a necessidade de equilíbrio das contas municipais, desonerar os proprietários dos bens imóveis e as famílias através de um conjunto de reduções de taxas e valores cobrados pelo Município e pelas entidades participadas. -----

----Referiu que considerava que seria voltar atrás naquele processo que já decorria há cerca de nove anos, tornar a aplicar uma derrama sobre as empresas instaladas no concelho de Tavira. Nada tinha

contra as empresas grandes, que eram empresas que tinham vindo para Tavira, algumas há mais de dez anos, que trabalhavam no concelho, que proporcionavam postos de trabalho e emprego aos tavirenses, que proporcionavam riqueza ao concelho de Tavira na sua globalidade.-----

----Concluiu que voltar a introduzir uma derrama sobre o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) das empresas seria um sinal negativo quando ainda recentemente tinham começado com o processo de internalização da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM., tendo necessidade de consolidar em termos regionais a presença do Parque Industrial de Tavira e atrair mais empresas para o concelho, pelo que seria, de facto, um sinal negativo que o PS não estava, de maneira nenhuma, disposto a permitir que acontecesse naquela fase em que muitos anunciavam o “diabo” mas que no dia seguinte não se importavam nada que ele viesse a correr. -----

----O **Deputado Municipal Artur Sanina** disse que em democracia existia o respeito pelas observações ou intervenções efetuadas pelos diversos membros. Respeitava a intervenção do Deputado Municipal José Graça, assim como a da bancada que deveria certamente ser igual ao que tinha expressado, mas a apresentação por parte do BE daquela proposta tinha sido no sentido de refletirem se a diminuição dos impostos municipais que efetivamente representavam cinquenta e três por cento das receitas do orçamento, o alívio no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que fariam mais tarde, no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), refletindo aquela pequena importância de um e meio por cento que para grandes empresas como a Energias de Portugal (EDP), CTT - Correios de Portugal, S.A, REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., GALP Energia e grandes superfícies não representava praticamente nada relativamente ao seu volume de negócios.-----

----Relativamente à justificação que geralmente era apresentada por mais de cem municípios, que seria para atrair empresas, questionava quantas empresas é que Tavira tinha atraído ao longo daqueles anos em que a derrama era zero e quantos postos de trabalho tinham sido criados. As grandes empresas que estavam em Tavira usufruíam de todas as infraestruturas existentes, quer fosse viária, de redes, e outras pelo que não compreendiam porque é que apenas os munícipes tinham que pagar as taxas enquanto as empresas estavam isentas daquele imposto municipal. Questionava se teria que ser o cidadão comum a pagar para atrair as empresas que continuavam a ter elevados lucros, a usufruir de espaços em diversos municípios, sendo aquela a razão que os tinha levado a apresentar aquela proposta. -----

----O **Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta “Aplicação da Derrama” que foi rejeitada por maioria com dezanove votos a contra dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e seis votos a favor dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Artur Sanina, Jorge**



**Corvo, Leonardo Martins, Luís Brito, Nelson Nascimento e duas abstenções dos deputados municipais Carlos Marcelino e Rodrigo Aires.** -----

----O **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou o público presente que se podia inscrever para as suas intervenções, para o que os serviços de apoio levariam os habituais boletins de inscrição. -----

----Disse ao autor da moção, o mesmo da proposta, Deputado Municipal Artur Sanina que deveria de ser mais sintético nas suas intervenções uma vez que o Regimento da Assembleia Municipal era para ser cumprido e naquele momento já tinha ultrapassado o tempo que lhe era permitido. Assim agradecia a capacidade de síntese do Deputado Municipal pois caso contrário não poderia falar mais no período antes da ordem do dia. -----

----Passou à moção apresentada pelo BE, intitulada *“Solidariedade com o autarca italiano Domenico Lucano”*. -----

----O **Deputado Municipal Artur Sanina** disse que tomaria em consideração a observação do Presidente da Assembleia Municipal, que tinha toda a razão. Tentavam ser sucintos sendo que por vezes o que se verificava era que apenas uma ou duas pessoas falavam, o que não considerava muito saudável em termos de democracia, todavia iria tentar cumprir o Regimento. -----

----Aquela era uma moção de solidariedade para com um autarca que, sendo todos eles autarcas, sentiam que poderia acontecer com eles próprios, pelo que não era mais do que uma moção de solidariedade para com um autarca de uma pequena cidade italiana que tinha tido uma grande participação cívica no sentido de ajudar todas as pessoas que viviam o drama da imigração, até porque as políticas da União Europeia (UE) não estavam a ser muito favoráveis devido às indefinições e interesses. De janeiro a outubro tinham-se registado mil, novecentos e oitenta e sete mortos no Mar Mediterrâneo, e que apenas no mês de junho, setecentas e vinte e uma pessoas tinham morrido no mar. -----

----«...Com o decreto do ministro Salvini de 24 de Setembro último a situação ficou pior, com a alteração das leis sobre o asilo e a criminalização da solidariedade com os imigrantes. Uma das vítimas desta política autoritária e xenófoba do governo italiano foi o presidente da Câmara de Riace, um autarca corajoso de Riace, pequena cidade da Calábria, conhecida pelas boas práticas de integração de refugiados: foi colocado em prisão domiciliária por “favorecer migrantes” oriundos de 25 países. -----

----Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira reunida em sessão ordinária em 29 de Novembro de 2018, **Delibera:**-----

---- - *expressar a sua solidariedade ao autarca Domenico Lucano, presidente da Câmara de Riace (Piazza Municipio, 89040 Riace, Itália)*-----

---- - *manifestar repúdio pelas políticas xenófobas e de perseguição aos refugiados e imigrantes, desenvolvidas por governos dirigidos pela extrema-direita.*»-----

---Concluiu dizendo que tinham pretendido apresentar aquela moção para se solidarizarem com um colega italiano, também de uma pequena cidade, devido ao que estava a acontecer na Europa.-----

---O **Deputado Municipal José Graça** disse que a moção que lhes era ali apresentada pelo BE era sobretudo uma moção que abordava duas ou três questões muito importantes tanto para o PS como para os membros que integravam aquela Assembleia Municipal, pois acima de tudo estavam a falar de direitos humanos, das questões da imigração que eram uma preocupação que os acompanhava há longos anos, nomeadamente pela necessidade de integração nas sociedades europeias de pessoas que necessitavam de apoio, de salvaguardar a sua própria segurança física por praticamente se encontrarem em risco ao longo das suas vidas.-----

---Tratava-se de um autarca, não apenas italiano como era mencionado na moção, mas alguém que liderando a sua população, a sua comunidade, tinha práticas de acolhimento proativas e integradoras na sua sociedade, sendo, sobretudo uma personalidade que preservava a inclusão e que deveriam de respeitar, tal como Marielle Franco que nunca tinha sido lembrada naquela Assembleia Municipal mas cuja memória pretendia evocar pois eram representantes dos seus concidadãos exercendo políticas muitas vezes em regime de voluntariado e defendendo os princípios mais nobre que a sociedade política detinha.-----

---Queria anunciar o voto favorável do PS e sublinhar dois pontos que considerava importantes. Portugal era um país que valorizava a inclusão das minorias, dos imigrantes, dos refugiados e todos os que também eram autarcas deviam acima de tudo defender a valorização da nobre atividade política que exerciam quer fosse na comunidade a que pertenciam, quer fosse nos países mais longínquos. Estavam sobretudo a falar de personalidades que emergiam da atividade normal da democracia e cuja atividade deveria de ser respeitada pelos poderes centrais, mas também, e sublinhava, defendida pelos poderes judiciais.-----

---O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que reconhecendo o drama humanitário que estava subjacente àquela questão, gostariam muito de, tal como já o tinham feito noutras situações, votarem favoravelmente a moção do BE, todavia consideravam que no texto se acabava por misturar a soberania de países democráticos com questões delicadas, como era o caso dos refugiados e toda a corrente humana que passava o Mar Mediterrânico.-----

---Referiu que o Município italiano tinha a sua solidariedade, no entanto, a menos que o BE retirasse alguns dos parágrafos, teria que se abster.-----

---O **Deputado Municipal Artur Sanina** disse que em princípio não iriam retirar quaisquer parágrafos, que aquele era o texto que tinham concordado apresentar e que já tinham o apoio expresso do PS.-----

---O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que estavam a falar de um país com um governo democraticamente eleito, que tinha um parlamento, leis e justiça, pelo que não considerava bem dizerem que se tratava de um país fascista.-----

----O **Deputado Municipal Artur Sanina** disse que não iriam retirar qualquer parágrafo por considerarem que os governos estavam a tomar posições de extrema-direita, que os políticos eram xenófobos e perseguiram os refugiados e imigrantes.-----

----Não estavam ali a dizer que eram fascistas ou outra coisa qualquer, o que ali estavam a dizer era que as suas práticas não eram humanas e as pessoas não podiam morrer no Mar Mediterrânico apenas porque pretendiam fugir de uma guerra.-----

----Concluiu dizendo que não iam retirar nada da moção até porque não estava em causa se eram ou não eleitos, e escolhidos pelo povo.-----

----O **Presidente da Assembleia colocou a votação a Moção “Solidariedade com o autarca italiano Domenico Lucano”** que foi aprovado por maioria com vinte e um votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Cardeira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e sete abstenções dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Carlos Marcelino, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Luís Brito, Nelson Nascimento e Rodrigo Aires.-----

----O texto integral da moção “Solidariedade com o autarca italiano Domenico Lucano” encontra-se em anexo à presente ata como documento número dois.-----

----O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que pretendia abordar a questão do mar, de Tavira e a sua ligação com o mar. Tinham muito para dizer, sendo que parte das questões estavam previstas para aquele dia, mas considerava bem que efetuassem a Assembleia Municipal sobre o Estado do Município, pelo que apenas iria abordar uma questão sobre o que já tinha tido a oportunidade de falar com o Executivo, com muitas pessoas e de partilhar publicamente.-----

----Referia-se à questão dos dragados do Rio Gilão, sendo que se tratava de uma situação que ultrapassava o que era o último comunicado da Docapesca – Portos e Lotas, SA. onde era referido que estava tudo a ser monitorizado estando a qualidade da água assegurada, todavia não era o que estava em causa pois tinham que confiar nas entidades que procediam às análises. O que estava em causa era que os dragados estavam a ser depositados a poucos metros da costa, da praia, sendo que até estava prevista uma solução com outro tipo de draga. O que estava em causa era, como conhecia, quem como ele tinha brincado nas Quatro Águas quando era criança, sabia perfeitamente a diferença entre o lodo e a areia, sabendo também que o lodo preto em cima da areia branca não resultava muito bem.-----

----O que estava a acontecer na costa de Tavira em frente à Ilha das Cascas, que vulgarmente se chamava Praia Deserta, era muito mau, e não era uma questão de limos como havia num dos vídeos que tinha partilhado nas redes sociais, mas antes o facto de junto ao limo estar tudo preto como podia documentar por várias fotografias, estando tudo cheio de lodo, mesmo num período em que as marés

eram vivas com muita movimentação de água. Todavia não estavam a falar do presente que considerava ser de fácil solução, estando todos de acordo que aquelas dragagens fossem depositadas, no mínimo, a duas milhas sendo pois a solução para que a qualidade da água se mantivesse com os critérios atuais e a qualidade das praias fosse salvaguardada. Pensava que a zona mais complicada seria Cabanas devido à deslocação das areias que acontecia na costa sempre naquela direção, o que poderia eventualmente originar um verão menos bom. -----

---Concluiu dizendo que sabiam e não valia a pena estarem ali a dirimir argumentos, que o que dizia naquele momento era o mesmo que tinha dito antes em situações semelhantes que tinham acontecido, pois o facto era que lodo preto em cima de areia branca era uma má solução. -----

---O **Deputado Municipal Artur Sanina** disse que apenas para reforçar as palavras do Deputado Municipal Jorge Corvo, falando com pescadores, tinham manifestado a sua preocupação com a situação porque aquela zona poderia afetar a faina da pesca estando com receio que pudesse não existir peixe naquela zona. -----

---Sendo que o rio tinha recebido esgotos e outros durante muitos anos, o que já não acontecia, pelo que questionava se consideravam que aquele seria o local adequado para colocar aqueles lodos quando os pescadores referiam que na última vez que tinham sido feitas dragagens do rio, estas tinham sido colocadas a oito milhas e atualmente estavam a ser colocadas a uma milha. Assim perguntava se aquela situação estava salvaguardada, não sendo as praias afetadas. -----

---Concluiu dizendo que a questão continha dois prismas, a faina da pesca e as praias que poderiam ser ou não afetadas. -----

---O **Presidente da Câmara Municipal** respondendo à questão referiu que, primeiramente, não se tratava de uma intervenção da Câmara Municipal, o que considerava importante que todos soubessem. Quanto às dragagens, elas eram necessárias. Há cerca de três, quatro anos, tinham sido feitas dragagens à volta do cais do abastecimento tendo sido retirados inertes que não tinham água para abastecer. Também, ainda ele não era Presidente da Câmara, há cerca de dez anos, tinha sido realizada uma dragagem do rio. -----

---Se lhe perguntassem se preferia que os dragados fossem colocados a duzentos ou trezentos metros da costa, naquela zona, ou a dois quilómetros da costa, responderia sem dúvida que seria a dois quilómetros da costa. -----

---Se o questionassem se tinha efetuado alguma diligência para afastar aqueles dragados da deposição naquele local, tinha telefonando ao Diretor da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), à Docapesca, reunindo com eles, e solicitado ao Diretor da APA que ali se dirigisse com a Polícia Marítima para verificar, o que tinha acontecido, numa altura em que tinha sido efetuada a divisão de algumas coisas que estavam dentro do rio, pois inicialmente era tudo mandado sem qualquer monitorização como tinha começado a acontecer posteriormente de uma forma constante. -----



----Se perguntassem se estava contra as dragagens, diria que não pois considerava que elas eram absolutamente necessárias, mas tinha havido um conjunto de cidadãos que tinham efetuado uma petição que não diria normal, junto da APA, tendo obtido uma resposta, cujo documento o Deputado Municipal Jorge Corvo conhecia, em que referiam a inexistência de qualquer risco. Porque era jurista, era Presidente da Câmara, estava preocupado, contudo as entidades competentes que monitorizavam o meio ambiente como era o caso da APA, da Docapesca, o Parque Natural e do Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) diziam que a deposição naquele local estava correta. -----

----Iria entregar o Relatório ao Presidente da Assembleia para fazer chegar aos líderes das bancadas, pois ali era efetuada uma análise dos sedimentos, a indicação dos pontos de recolha, as análises, os critérios de avaliação a devida explicação e a conclusão que passava a ler: -----

----*“A presente campanha de monitorização, cuja amostragem realizou-se no dia 08 de setembro de 2017, consistiu na recolha e caracterização da amostra de sedimentos do Rio Gilão, para análise granulométrica e também para cumprir com o definido na Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro. -*

----*Relativamente à classificação textual das cinco amostras de sedimentos analisados para este fim verifica-se que três das cinco amostras apresentam a classificação Franco-Arenoso, nomeadamente, a ES1, a ES2 e a ES5. A amostra da estação de amostragem ES3 insere-se na classificação Areno-Franco e a ES4 obteve a classificação Franco.* -----

----*É também de realçar que nenhuma das cinco amostras apresentou resultados de COPT quantificáveis, apresentando todas o resultado <10000 (LQ) mg/kg e que as cinco amostras apresentam uma percentagem de sólidos (Matéria seca) superior a 50%.* -----

----*Atendendo aos resultados obtidos pode-se concluir que as cinco amostras de sedimentos marinhos inserem-se na melhor classe definida pela Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro, nomeadamente, na classe 1, que caracteriza o material degradado limpo e que pode ser depositado no meio aquático ou repostos em locais sujeitos a erosão ou utilizado para alimentação de praias sem normas restritivas.”* -----

----Continuou dizendo que perante um relatório como aquele não era expectável que uma entidade que tutelasse o ambiente alterasse o que havia ordenado, dado ser uma questão que não causava dúvidas. Certamente que se pretendessem continuar a discutir tudo, ele também não concordava com o local, mas não tinha jurisdição naquela zona não podendo obrigar a alterar tendo apenas exigido uma monitorização permanente da qualidade da água.-----

----Quanto a possíveis riscos esperava que o que apregoavam, tinham feito questão de mostrar à exaustão nas redes sociais e falar para que as pessoas que estavam a marcar férias de verão em Tavira pensassem que não valia a pena porque as praias não deviam de estar em condições, não sabia o que podia fazer perante um relatório como aquele. Tinha havido um grupo de cidadãos de Tavira, sendo um deles o seu secretário Miguel Pires que lhe tinha dado conhecimento que tinha subscrito uma petição

de cidadãos relativa àquele assunto, sendo que a APA lhes tinha respondido que não existia qualquer dúvida, era classe um, pelo que aquela era a localização que tinham determinado.-----

---No ano anterior, tinham perdido dois metros de areia no Barril, alguns metros em Cabanas, ganho um metro e meio na Ilha de Tavira e dentro da barra ainda existia um banco de areia que não tinha sido retirada.-----

---Confessava que se lhe perguntassem se aquele era o local ideal, ele, enquanto cidadão Jorge Botelho, político e Presidente da Câmara, responderia que não sendo que já o tinha comunicado a quem de direito que era o que podia fazer, ou será que pretendiam que interpusesse uma providência cautelar que não fazia sentido até porque dispunha de um relatório que referia que os procedimentos estavam de acordo com as normas ambientais.-----

---Todos tinham criticado a falta de dragagens, que não faziam qualquer intervenção e quando estavam a acontecer, todos se queixavam. Talvez pensassem que quando iam a Lisboa pedir, os governantes, os que tinham responsabilidades consideravam que iriam colocar o investimento nos locais onde todos reclamavam, porque o que estava a acontecer não tinha quaisquer restrições ambientais de acordo com o ISQ.-----

---Não percebia o argumento mas até o argumento tinha um limite para ser razoável e considerava que tinham ultrapassado todos os limites da razoabilidade. Concordava com a questão mas o que não sabia era como conseguia resolver.-----

---Concluiu dizendo que as dragagens acabavam no final do mês de dezembro.-----

---O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que relativamente àquele assunto e ao despacho da APA apenas pretendia relembrar uma situação. O que a lei dizia era que se os dragados estivessem até mil metros da costa, podiam ali ser depositados, se estivessem mais distantes careciam de análises e de um conjunto de outras questões.-----

---Tanto o Clube Náutico como outras entidades, embora ultimamente tivesse sido apenas o Clube Náutico, tinha solicitado por diversas vezes, elaborado projetos para um fundeadouro em frente às suas instalações para estacionamento de barcos, um porto de recreio ou como lhe pretendessem chamar, e outro em frente ao Hotel Vila Galé. Naquela altura os senhores que tutelavam aquele mesmo organismo, que não se recordava se era a APA, tinham dito que aqueles dragados tinham que ir para a batimétrica de cem metros, que não estava muito certo, mas pensava que representaria vinte milhas da costa. Assim, não compreendia como um organismo em que confiavam para fazer algo que era de facto útil, que pretendiam, que futuramente iriam necessitar, dizia que os dragados tinham que ser colocados a cem metros de profundidade, o que representava muitas milhas da costa, e não tinham estado sujeitos a esgotos ou qualquer outro, e aquele que era lodo puro, o que era evidente pela observação dos batelões, não sendo filtrado porque era impossível, caindo por inteiro apenas retirando as peças maiores, podia ser colocado onde estava a ser.-----

----O que estava a acontecer numa praia branca e o que estavam a legitimar era que colocassem lodo em cima das praias, pelo que se não reagissem todos, e se no futuro fosse outro partido no Governo seriam outros a protestar, mas o resultado seria igual e quem ficava prejudicado eram os tavirenses e, ai sim, os turistas ficariam com uma impressão bastante negativa da costa de Tavira.-----

----Acrescentou que relativamente às dragagens, se todos se recordavam, aquando das dragagens da barra, parte da areia era depositada naquela zona para reforçar o cordão dunar, o que tinha sido proibido desde que tinha acontecido o acidente de Entre-os-Rios, tendo o empresário aberto falência. Ninguém retirava a areia e quando tal acontecia eram pequenas intervenções e todo aquele assoreamento, quantidade de areia branca, limpa, que estava assorear a barra, deveria de ser ali colocada para que as futuras gerações pudessem ali tomar banho tal como eles próprios o tinham feito quando eram crianças e não com o fundo cheio de lodo preto, oitenta e três mil metros cúbicos. -----

----Concluiu aconselhando a que fossem ver os batelões e a necessidade de reagirem àquela situação junto da APA, porque as análises até poderiam estar boas mas sugeria que eles fossem ali tomar banho.

----O **Presidente da Câmara Municipal** disse que continuariam a dizer à APA para colocar aqueles inertes o mais longe possível da costa. -----

----Concordava que a areia toda branca que saia dos canais da Ria Formosa se destinasse a abastecer as praias da mesma forma que tinha sido colocada, no ano anterior, na Terra Estreita e Barril, proveniente da praia da Fuzeta e que tinha desaparecido toda para dentro da barra. -----

----Desconhecia os resultados do estudo das dragagens em frente ao Clube Náutico pelo que não conseguia fazer a comparação, todavia se alguém tinha dito que deviam de ser depositadas a cem metros de profundidade, seguramente tinha dito bem, porque a questão é que atualmente a decisão não tinha sido tomada em função dos dragados recolhidos e das amostras mas em função das análises, o que era um facto objetivo, científico.-----

----Durante o verão veriam como é que as praias estariam, esperando que estivessem brancas pois, como sempre, tinha intenção de ir à praia de Cabanas, onde, como sabiam, ia habitualmente e não estava a pensar mudar. Teria que ver o que iria acontecer ao longo daquele tempo e esperava que o cenário drástico que o Deputado Municipal Jorge Corvo estava, obviamente, a pré projetar, não acontecesse, sendo aquela a convicção dos técnicos na matéria. -----

----Queria garantir, que não tivessem dúvidas, que até que a dragagem finalizasse iriam tentar sempre que fosse depositada o mais longe possível da costa. -----

----O **Deputado Municipal José Graça** disse que pretendia fazer um pequeno exercício de memória junto de todos os membros da Assembleia Municipal porque tinha sido lançado um apelo à revolta global. O Deputado Municipal Jorge Corvo não era obrigado a saber, até porque não era membro daquela Assembleia na altura, mas tinham exigido, há cerca de quatro anos atrás, naquela Assembleia Municipal, a execução de dragagens.-----

---Ainda no mandato anterior tinham feito aprovar naquela Assembleia Municipal, uma moção exigindo a realização de mais investimentos públicos no Algarve e particularmente no Município de Tavira, cujo apelo ao Governo tinham voltado a fazer em março do ano anterior pois todos sabiam quais eram as condições de navegabilidade nos canais da Ria Formosa, particularmente do Rio Gilão ou do canal de Santa Luzia. -----

---Tinha que dizer que no verão anterior, quando não havia marés vivas os barcos da Silnido eram forçados a circular com cerca de metade, pouco menos de metade da lotação, porque era necessário dragar a zona que atualmente estava a ser dragada e também um pouco mais abaixo. Sabia que tinham insistido junto do Presidente da Câmara Municipal para que fizesse as diligências no sentido de que aquelas dragagens avançassem e o que parecia, naquele caso, era que estavam a conseguir ser ouvidos pela Administração Central, nomeadamente pela Docapesca, numa fase crucial em que grande parte das competências que aquela entidade pública tinha iriam ser transferidas para o Município, pelo que, parecia que provavelmente prefeririam que fosse o Município a realizar aqueles investimentos dentro de dois ou três anos, sendo que veriam como a questão se iria desenvolver e como a transferência de competências se iria comportar. -----

---Considerava que naquela fase, independentemente das preocupações que lhes pudessem ser justamente apresentadas sobre algumas práticas de execução do trabalho, era fundamental sublinhar que finalmente estavam a ser realizados os trabalhos que durante muito tempo tinham sido exigidos pelos pescadores e pela comunidade náutica de Tavira não apenas na frente de rio em Tavira junto ao cais dos pescadores mas também no cais de acesso à Quatro Águas. -----

---Recordava-se que há cinco anos o Comandante do Porto se tinha dirigido à Câmara Municipal para informar que iria proibir a utilização dos cais das Quatro Águas e da Ilha de Tavira por não oferecerem condições de segurança e, finalmente, as intervenções iam ser realizadas. -----

---Não querendo fazer julgamentos, talvez toda a controvérsia relativa às dragagens procurasse ocultar o trabalho e os sucessos obtidos pelo Governo estar a responder às pretensões que tinham, sendo que a preocupação atual era que não iria ser executada, no imediato, a intervenção no cais das Quatro Águas, onde tinha sido substituído o telhado de amianto, tendo o projeto inicial sido alterado por força da opinião dos utilizadores do cais que tinham referido que a forma como estava inicialmente previsto não era adequada do ponto de vista técnico e que as pessoas iriam continuar a apanhar chuva e sol, pelo que o projeto tinha sido alterado e construído conforme as empresas que utilizavam o cais tinham sugerido. A Docapesca tinha aceitado a sugestão e realizado a intervenção conforme a sugestão dos utilizadores do cais, sendo que o próximo desafio que tinham era de também conseguirem investir no cais das Quatro Águas por forma a torna-lo mais acessível, mais seguro, para os milhares de utilizadores que crescentemente tinham vindo ao longo dos últimos quatro anos a aceder à Ilha de Tavira. -----



----O ano de dois mil e doze tinha sido muito mau, sendo que a Ilha de Tavira que geralmente tinha uma média de utentes de quinhentos mil, tinha tido apenas duzentos e cinquenta mil, porém, felizmente que presentemente já tinham sido atingidos os seiscentos mil e a expectativa era de que aquele número continuasse a aumentar no ano seguinte. -----

---Tinha ficado preocupado ao ver todos os comentários sobre a qualidade dos dragados e a forma como estavam a ser depositados, mas provavelmente muitos desconheciam que ao final de muitos anos, e não tinha sido o Governo atual mas o anterior, tinha sido elaborado um estudo a nível nacional sobre a dinâmica costeira no qual tinham participado alguns dos mais ilustres cientistas e especialistas na matéria e que, presentemente, era o estudo que fundamentava todas as intervenções que estavam a ser realizadas na linha de costa em Portugal. Aquele estudo, para quem pretendesse consultar, estava disponível no sítio da APA na Internet, pelo que podia dizer que presentemente nada era executado sem informação. -----

----Pretendia ainda manifestar uma preocupação sobre o plano de mitigação das alterações provocadas, das consequências provocadas pelas alterações climáticas cujo estudo prévio desenvolvido por uma equipa de cientistas que estava a trabalhar com a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) tinha sido apresentado na última Assembleia Intermunicipal onde tinham estado presentes, ele próprio e os deputados municipais Jorge Corvo, Maria José Mestre e Sílvia Soares. Assim, sugeria ao Presidente da Assembleia Municipal que não tinha tido oportunidade de estar presente, que numa Assembleia Municipal convidassem a equipa da AMAL para apresentar o estudo que estava a ser elaborado, o qual tinha incidido essencialmente nas consequências para os concelhos de Loulé e Lagos mas que ele gostaria de ver aplicado à costa de Tavira porque realmente o tinha deixado preocupado. No estudo eram apresentados cenários a médio e longo prazo, sendo que por exemplo, no prazo de vinte e cinco anos a terceira linha de prédios de Quarteira teria que ser demolida porque iria ser economicamente inviável defender aquele núcleo habitacional, sendo que perante aquele cenário tinha ficado a pensar sobre o que aconteceria às ilhas barreira do concelho de Tavira, às comunidades piscatórias de toda a Ria Formosa desde praticamente a Ilha do Farol até Cacela. Os cenários que tinham sido apresentados eram muito preocupantes e presentemente aquele trabalho que estava a ser executado ainda tinha viabilidade financeira, todavia no futuro deixaria de ser comportável para o Estado continuar a defender com os meios atuais que eram utilizados em toda a linha de costa. -----

----Concluiu dizendo que os que tinham melhor memória lembrar-se-iam que em mil, novecentos e noventa e seis tinha sido investido no istmo de Cacela, que na altura não era uma ilha, uma verba que a valores atuais rondaria os cinquenta milhões de euros, que tinha desaparecido em vinte anos. Em mil novecentos e noventa e seis tinham sido aplicados cinquenta milhões de euros para defender uma das praias mais icónicas do sotavento algarvio e o que era um istmo do extremo da Ria Formosa

presentemente era uma ilha e, provavelmente, dentro de dois ou três anos, com algum mar de levante, desapareceria e teriam a frente de praia junto ao Restaurante Marisqueira Fábrica do Costa. -----

----O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que apenas para vincar uma diferença entre as bancadas, se a Presidente da Câmara Municipal fosse Elsa Cordeiro estariam a ouvir da sua boca exatamente o mesmo que ali tinha dito, do Deputado Municipal José Graça não esperava outra coisa pois já assim tinha acontecido com a questão da ferrovia colocada pelo Deputado Municipal Artur Sanina, com a questão do Hospital por si apresentada e seria sempre assim. Agradecia assim a defesa que o Deputado Municipal José Graça fazia do concelho. -----

----O **Deputado Municipal José Graça** pretendendo apenas responder ao Deputado Municipal Jorge Corvo disse que relativamente à ferrovia a resposta que tinha dado estava bem fundamentada na Resolução do Conselho de Ministros da semana seguinte, pois tudo o que estavam a exigir já tinha sido aprovado em Conselho de Ministros apenas não tendo sido ainda publicado. -----

----Relativamente ao Hospital, que apresentassem uma moção que a aprovariam tal como já ali tinham aprovado e também na Assembleia Intermunicipal quando tinha sido apresentada pelo BE, pois quando fosse para defender o Algarve estariam todos juntos o que provavelmente não acontecia em outros tempos. -----

----O **Deputado Municipal Artur Sanina** referiu que relativamente à ferrovia pretendia colocar uma questão ao Presidente da Câmara, como Presidente da Câmara ou como Presidente da AMAL. No dia vinte e oito de setembro daquela Assembleia Municipal, casa da democracia, tinha sido rejeitada uma moção para uma intervenção rápida na ferrovia do Algarve. A partir daquela data, independentemente do facto do Conselho de Ministros ter ou não aprovado, nada se tinha passado até à presente data. O que tinha acontecido era que diariamente eram onze os comboios suprimidos, que as carruagens que vinham de Espanha, compradas ou alugadas, eram colocadas na Linha do Oeste e não no Algarve, que para o Algarve eram enviadas as automotoras da Linha do Oeste para juntar às existentes, que as oficinas não dispunham de peças para substituírem e arranjar as carruagens, ou seja, que o Algarve tinha dez composições com carruagens e presentemente estavam apenas a funcionar quatro, fazendo com que as pessoas chegassem atrasadas aos seus empregos, às aulas, às consultas nos hospitais, sendo que a situação em vez de melhorar se tinha agravado. -----

----Sabia que o Presidente da Câmara era uma das pessoas que mais tinha batalhado para alterar aquela situação mas, presentemente tanto a eletrificação da Linha do Algarve que deveria de estar concluída até ao ano de dois mil e vinte, pelo que já se deveria ter iniciado, não estava a acontecer nem se sabendo quando. -----

----O que verificavam, e ele falava como utente da Linha do Algarve e não como Deputado Municipal daquela Assembleia, era a preocupação de todos os que diariamente frequentavam aquela linha cuja qualidade tinha piorado, mais comboios eram suprimidos, a higiene e, dando como exemplo, no último

comboio em que tinha viajado uma pessoa tinha-se sentido mal porque de acordo com a assistência que lhe tinha sido prestada, as carruagens não tendo ar condicionado as temperaturas eram muito elevadas e circulando apenas duas carruagens em vez de quatro, quando o comboio chegava à Fuzeta as carruagens já estavam completamente esgotadas. -----

---Acrescentou que nem os trabalhadores nem os utentes acreditavam na solução e que apelavam às entidades regionais, e como o Presidente da Câmara era um dos principais políticos da região, que apesar de saber que era uma das suas preocupações, as pessoas estavam a esgotar a paciência e as promessas do Governo não eram suficientes na medida em que presentemente do pacote previsto para o ano de dois mil e vinte apenas quinze por cento estava a ser executados pelo que a intervenção estava com um ano de atraso não se vislumbrando qualquer solução a curto prazo. -----

---Terminou dizendo que o que pediam na moção que ali tinha sido rejeitada eram uma intervenção rápida ao nível do material circulante e das condições dignas para as pessoas utilizarem os comboios.---

---O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que aquele era um assunto muito importante. Como todos sabiam a AMAL tinha lançado um concurso para autocarros pois em termos rodoviários passariam a ter uma rede gerida pela AMAL. -----

---Relativamente à questão da ferrovia era muito mais complexa porque todos tinham responsabilidades, uma vez que quem tinha tido responsabilidades governativas nos últimos dez anos, para não ir mais longe, eram todos culpados pelo que não valia a pena estarem ali a pretender justificar.

---O serviço tinha-se degradado e há tempos atrás tinham perdido a oportunidade de, como região, defenderem uma solução que passaria por alterar radicalmente o sistema de transporte ferroviário no litoral e criar um ponto de chegada do Intercidades ou do Alfa Pendular semelhante a Tunes e a partir daí distribuir numa linha completamente diferente como existia em Lisboa ou como o Andante no Porto, que considerava ser o melhor exemplo pois funcionava muito bem. Tinham perdido aquela oportunidade porque não se tinham conseguido entender, tal como por exemplo na questão do petróleo cuja batalha tinham ganho, mas estavam divididos e quando chegavam a Lisboa e uns diziam algumas coisas, outros que muito tinham falado nada diziam. Por isso tinham perdido aquela luta e presentemente para recompor não era fácil, os utentes tinham razão e apesar da moção apresentada pelo BE não ter sido aprovada ela não estava esquecida porque haviam muitos que estavam a tentar trabalhar no assunto sendo que a própria AMAL estava a solicitar reuniões para efetuar o ponto de situação onde todos diziam algo, que iria ser executado, mas o certo é que nada acontecia. -----

---Considerava aquela uma questão importante e tinham vindo a falar com o Ministro sobre a necessidade urgente de realizarem o que ele tinha vindo prometer ao Algarve há dois anos em que tinha prometido uma intervenção no ano de dois mil e vinte porque os projetos da Linha do Algarve tinham que ser elaborados.-----

----Continuou dizendo que a própria EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A tinha perdido funcionários qualificados não os tendo substituído por falta de visão e presentemente, tinham que vir pessoas, alguns técnicos, de Lisboa para reparar os comboios do Algarve sendo a razão por que os comboios paravam todos pois uma parte importante da supressão de comboios resultava do facto do material circulante ter que parar para ser reparado enquanto os técnicos se encontravam no Algarve. Não existindo outro recurso senão a reparação, o que o Ministro lhe dizia textualmente era que: *“Eletrificação arranca, concurso de obra no primeiro semestre”*. Aquelas eram as palavras do Ministro Pedro Marques que lhe tinha enviado uma mensagem, porque existia uma preocupação sobre aquela matéria, que sabia que os projetos já estavam praticamente prontos, estando o concurso para ser lançado, o que levaria entre sete e oito meses, pelo que a intervenção ainda se podia iniciar antes do visto do Tribunal de Contas, porque era possível. -----

----A eletrificação da linha era essencial porque não poderiam funcionar com aquele material circulante a gasóleo que já ninguém produzia, sendo que o que necessitavam era da eletrificação da Linha do Algarve, contínua bitola ibérica e de material circulante novo ou seminovo, o que já aceitava porque seguramente estaria muito melhor do que o que estava a circular. Podiam dizer, escrever, impedir os utentes de estarem a sofrer, todavia pensava que teriam que ser razoáveis e perceber que a eletrificação das linhas entre Tunes e Lagos e entre Faro e Vila Real de Santo António era a solução para permitir outro material circulante que esperava que acontecesse porque o sistema ferroviário que o Algarve tinha, como costumava dizer, era ao nível do Bangladesh. -----

----Continuou dizendo que os passos tinham que ser dados, que tinham que ser canalizados fundos comunitários porque se tratava de uma intervenção com uma grande envergadura, cerca de duzentos milhões de euros para a eletrificação da Linha do Algarve, de modo aos concursos poderem ser lançados, embora os projetos ainda não estivessem concluídos, porque existiam muitos políticos a apresentarem projetos e *PowerPoints* muito bonitos o que levava a que todos ficassem muito boquiabertos, mas nada acontecia. Aquela situação era semelhante ao antigo Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) em que todos gostavam de ver os projetos nos mapas, mas que nada representavam e que considerava bem que o programa tivesse acabado. Tal como os Vereadores Elsa Cordeiro e João Pedro Rodrigues sabiam porque tinham sido deputados da Assembleia da República, os deputados aprovavam imensos projetos no âmbito do PIDDAC, sendo que todos se digladiavam por uma linha do PIDDAC que nada representava porque dependia da vontade do Ministro para executar a intervenção. Era daquela forma que funcionava o que ainda acontecia um pouco na política atual pelo que, preferia falar menos e acertar mais. -----

----Esperava muito sinceramente que a intervenção de eletrificação fosse lançada no início do ano, estando ali para verificar, pois esperava que fosse uma realidade no ano de dois mil e vinte. -----



----O Governo pretendia ter a obra em curso no período das eleições, mas certamente não a teria para mostrar. Ali estavam para verificar o que aconteceria, cada força política, BE, Coligação Democrática Unitária (CDU), o PSD e o Partido Popular (CDS-PP) fariam o seu trabalho, sendo necessário que todos pressionassem porque se tratava de uma intervenção importante para a região, que certamente o PS também faria o seu papel e os autarcas exigiriam dentro daquele processo. -----

----Há alguns dias tinha sido entrevistado pela TSF Rádio Notícias e outra emissora e, obviamente tinha tido que dizer que as pessoas estavam cheias de razão porque o serviço vivia de falta de qualidade e de supressões, o que não podia acontecer, contudo ele, a AMAL, não geria os comboios sendo que quem o fazia era a REFER - Rede Ferroviária Nacional, a CP - Comboios de Portugal.-----

----O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que antes de entrarem na ordem do dia, tendo tomado conhecimento, há algumas horas, do falecimento de um algarvio de excelência, Manuel Santos Serra, médico, escritor e sobretudo democrata, autarca, Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira pelo menos por doze anos em mandatos separados, um algarvio de excelência independentemente de ser militante do PS ou não, o que não estava em causa, mas que representava uma perda para o Algarve, para a democracia, que tinha acontecido naquele dia, iria pedir a todos um minuto de silêncio em sua memória. -----

----Cumprido o minuto de silêncio, o Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem do dia, com o ponto número um referente à apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.-----

----O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que visto a ordem do dia ser grande iria fazer uma rápida apresentação. -----

----Referiu que tinha acontecido um conjunto de eventos e iniciativas desde setembro anterior, bem como exposições e alguns concertos que iam realizando nos espaços que iam tendo disponíveis. -----

----Disse que tinha acontecido o "*Festival do Órgão*" cuja edição era a terceira em Tavira e que, se não estava enganado, iria realizar-se novo concerto no dia trinta seguinte que aconselhava a estarem presentes. -----

----Os "*Serões de Outono*" estavam a decorrer na Casa do Povo de Santo Estevão. -----

----Tinha-se realizado um conjunto de passeios da Dieta Mediterrânica e a Orquestra Clássica do Sul tinha dado um concerto. -----

----Mencionou uma iniciativa que considerava interessante e que tinha juntado os três clubes, BTT, ciclismo e cicloturismo do concelho de Tavira numa organização conjunta tendo conseguido organizar um evento de grande nível e muito bem. -----

----Falou do "*Todos a Caminhar*", caminhadas e algumas realizações na área desportiva que tinham recebido naquele período de época mais baixa. -----

----Referiu a “IV Meia Maratona de Tavira”, o “Festival de Pista” e o Challenger do ITF Pro Circuit, “Future Tavira” que tinha constituído uma bela organização do Clube de Ténis de Tavira que tinham arriscado e trabalhado muito bem, tendo sido muito elogiado. Como sabiam, tinha sido apoiado pela Câmara Municipal e outras entidades, tendo resultado numa boa promoção para o ténis e para o concelho.-----

----Realizou-se a habitual “Feira de São Francisco”.-----

----Tinham acontecido um conjunto de *workshops*, seminários, do que destacava a Cimeira de Associativismo e Juventude do Algarve “Mais Juventude” organizada pela Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ) que tinham recebido em Tavira, com associações do país o que tinha sido bastante positivo para os jovens líderes associativos de Tavira que também tinham recebido alguma formação.-----

----O arquivo municipal tinha efetuado uma edição muito interessante com documentação sobre a administração do concelho, e tinham recebido cerca de cem pessoas, técnicos, para o “12º Colóquio Interdisciplinar sobre Provérbios” que também tinha resultado num sucesso, tendo sido muito interessante.-----

----A Fundação Irene Rolo tinha organizado um seminário intitulado “Refletir o presente para projetar o futuro”.-----

----Tinha-se realizado um conjunto de seminários e uma iniciativa interessante relativa aos cem anos do armistício organizado pelo Núcleo de Tavira da Liga dos Combatentes que também tinham realizado um colóquio e recebido a apresentação de um filme recente intitulado: “Soldado Milhões”.-----

----Realizaram-se iniciativas várias.-----

----Inicialmente tinham começado com a “Semana da Idade Sénior” que no presente ano tinha sido alargada para o “Mês da Idade Sénior”, cujo trabalho era desenvolvido com a rede social, as pessoas, as instituições, tendo-se conseguido organizar múltiplas iniciativas com um conjunto de passos que tinham sido dados com as instituições do concelho, o que também tinha acontecido para as questões técnicas.-----

----Queria destacar o facto de todos os serviços do Município de Tavira terem recebido por parte da Associação Portuguesa de Certificação (APCER) o certificado de conformidade com os sistemas de gestão de qualidade, o que era muito importante. A Câmara Municipal tinha apenas cinco áreas certificadas o que ainda tinha acontecido no tempo do anterior Executivo, de Macário Correia, que tinha representado o início do processo, sendo que presentemente já tinham certificado todos os serviços. A APCER na pessoa do seu Presidente tinham vindo à Câmara Municipal entregar o galardão.-----

----Tinham realizado a “Semana dos Diabetes” que também já se realizava, bem como mais um conjunto de outras iniciativas.-----

----Tinham recebido numa cerimónia, realizada em vários locais, o 90.º Aniversário do Comando Distrital de Faro da Polícia de Segurança Pública (PSP).-----

----Realizou-se o aniversário do Club Motard. -----

----No Halloween tinham realizado um conjunto de iniciativas de cariz social, como sempre.-----

----Aconteceram os festejos do São Martinho. -----

----Passando ao tema de obras e urbanismo, o Presidente da Câmara Municipal referiu a ponte sobre o Rio Gilão cujo processo se encontrava no momento em análise de propostas.-----

----Quanto ao troço da estrada de Pedras D'el Rei à EN125, já estava concluído -----

----A intervenção na EN270 estava terminada e em fase de receção. -----

----O Cineteatro, como era visível, estava com a empreitada a decorrer. -----

----Relativamente aos polidesportivos, iriam fazer três intervenções, na Conceição de Tavira, Santo Estevão e Bela Fria sendo que o último não iria ficar com a configuração atual uma vez que seria relvado com a colocação de um sintético por considerarem que seria uma forma das crianças de alguns clubes poderem evoluir, que pensava terem necessidade. Assim passaria a ser frequentado por novas crianças e pelas famílias do Bairro da Bela Fria o que consideravam que faria toda a diferença, seria muito importante para o próprio bairro para além do facto de necessitarem de um campo e aquele tinha balneários e as dimensões necessárias. -----

----A intervenção da Escola da Conceição estava a terminar e a escola de Santo Estevão estava na fase que se via na fotografia do *PowerPoint*.-----

----Estavam a executar a cobertura do Pavilhão Eduardo Mansinho. -----

----Relativamente à reabilitação dos Parques Infantis do Concelho podia informar que o empreiteiro, Infrasul - Construções e Infraestruturas, Lda. já tinham resolvido a questão dos materiais, tendo chegado a acordo quanto aos materiais que iriam fornecer, retornando à obra, que de acordo com a empresa terminariam em dezembro, mas que na sua opinião tal apenas aconteceria em janeiro devido ao atraso na receção dos materiais cujo assunto tinha ficado burocraticamente resolvido.-----

----A intervenção do Edifício do Compromisso Marítimo tinha nova data de término, fevereiro, tendo sido novamente adiada. -----

----Quanto às placas toponímicas já tinha sido sinalizado o erro verificado numa delas.-----

----A reabilitação do Mercado da Ribeira estava a decorrer. -----

----A empreitada de conservação da Habitação Social já estava a acontecer há algum tempo sendo que o empreiteiro se encontrava em falta com a Câmara Municipal tendo ainda que instalar algum mobiliário de cozinha o que ainda não tinha acontecido.-----

----O **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao ponto número dois referente à apreciação da Relação de procedimentos realizados ao abrigo da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais – Proposta nº 187/2017/CM. -----

----O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que se referia aos compromissos plurianuais que tinham sido assumidos dos quais deviam de dar conhecimento à Assembleia Municipal. -----



leg.

----O **Deputado Municipal Rodrigo Aires** questionou sobre qual era o montante global que a Câmara Municipal iria transferir para o ano seguinte.-----

----O **Presidente da Câmara Municipal** disse que o valor constava no orçamento de dois mil e dezanove e que ele não dispunha ali dos valores, todavia aquele mapa que apresentavam referia-se a procedimentos lançados que comprometiam os orçamentos seguintes. Não dispunha ali do valor total dos compromissos que tinham assumido mas o certo era que os orçamentos seguintes teriam que ser elaborados com toda a assunção daqueles compromissos.-----

----A Câmara Municipal tinha naquele momento forma de integrar no seu orçamento todos os compromissos assumidos e até mais alguns porque, felizmente estava muito estável.-----

----Para informar o valor correto teria que o transmitir ao Presidente da Assembleia para que fizesse chegar a informação à bancada pois não o tinha ali. Todavia se o Deputado Municipal Rodrigo Aires o estava a questionar quanto aos pagamentos que iriam transitar para o ano seguinte, informava que o valor seria zero porque todos os compromissos assumidos cujas faturas estivessem na contabilidade até trinta e um de dezembro, seriam liquidados.-----

----O **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao ponto número três da ordem do dia, sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 235/2018/CM, referente à determinação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).-----

----O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que a proposta que apresentavam era muito conservadora na medida em que consideravam que devia de existir estabilidade nos impostos sendo a única diferença, uma pequena redução do IMI. O que propunham naquela matéria de impostos que estava relacionada com o imobiliário era uma perspetiva descendente pelo quarto ano consecutivo no IMI, a assunção do IMI Familiar e o agravamento do IMI nos imóveis do Centro Histórico que se encontravam degradados e careciam de obras pois na opinião que tinham não havia qualquer justificação para que não fossem reabilitados a não ser por falta de condições financeiras. Se aquela proposta fosse votada favoravelmente teriam um agravamento de trinta por cento como seguramente já vinha a acontecer há mais de dez anos e que tinha dado bom resultado.-----

----Tinham proposto zero vírgula oito por cento para os prédios rústicos, zero vírgula trinta e sete por cento para prédios urbanos, que significava uma redução de zero vírgula zero cinco por cento representando um pouco mais de cem mil euros, cuja perspetiva descendente iria seguramente continuar no ano seguinte.-----

----Quanto ao IMI Familiar a redução das taxas estavam no limite máximo sendo ainda majoradas nos termos do número três daquela proposta.-----

----Concluiu dizendo que mais conservadores naquela matéria era impossível.-----

---O **Deputado Municipal Jorge Corvo** pedindo licença ao Presidente da Assembleia e por forma a ser mais breve, passaria à leitura do texto que tinha elaborado apresentando-o posteriormente como declaração de voto.-----

---«*Considerando,*-----

--- - *Que, o Executivo do Partido Socialista tem vindo a apresentar, de forma repetida e consistente, baixas execuções dos investimentos que orçamenta;*-----

--- - *Que, as receitas fiscais provenientes das diversas taxas de impostos que o Município de Tavira arrecada deverão ser proporcionais às despesas e, como tal, o esforço dos contribuintes deverá ser avaliado quando em presença de contas equilibradas e um baixo investimento no Município;*-----

--- - *Que, a receita relativa a este imposto, apesar do ligeiro decréscimo que se tem verificado, continua a crescer. Tal ocorre, quer por via da valorização imobiliária, quer pelo crescimento económico deste setor;*-----

--- - *Que, embora, a proposta do Órgão de Gestão do PS contemple uma redução na taxa de IMI de 0,005%, o facto é que, comparativamente ao ano de 2018, o orçamento prevê arrecadar 150.000 de receita proveniente do IMI;*-----

--- - *Que, esta proposta de redução do IMI em 0,005% não é significativa, nem se traduz numa poupança fiscal para todos os munícipes de Tavira, pois face à alteração da metodologia do benefício do "IMI Familiar", introduzida pelo governo PS, mesmo com esta redução de 0,005, parte significativa pagará mais que em 2016.*-----

---*Entendemos,*-----

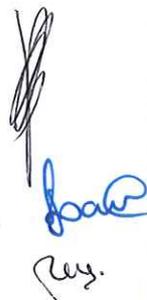
--- - *Que existe condições para garantir um IMI, na ordem dos 0,35%, beneficiando os seus munícipes sem que tal coloque em causa as boas contas e o equilíbrio financeiro municipal.*-----

---*Assim,*-----

---*Os deputados Municipais eleitos pelo PSD manifestam o seu voto contra esta proposta e apresentam esta declaração de Voto Vencido, para memória futura de todos os Tavirenses.»*-----

---O documento original encontra-se anexo à presente ata como documento número três.-----

---O **Deputado Municipal Artur Sanina** disse que relativamente ao IMI, o BE tinha efetuado a apreciação dos valores dos anos de dois mil e catorze a dois mil e dezassete e verificado que o valor previsto era diferente do que era liquidado, sete milhões, quatrocentos e trinta e dois mil euros no ano de dois mil e catorze, sete milhões, novecentos e quarenta mil euros em dois mil e quinze, sete milhões, quinhentos e onze mil euros em dois mil e dezasseis e sete milhões e novecentos e três mil euros em dois mil e dezassete. Assim o que verificavam era que perante a proposta que tinham apresentado relativamente à Derrama haveria a possibilidade daquela taxa ser reduzida desagrandando assim o imposto que os cidadãos pagariam e que não deveria de ultrapassar os cerca de sete milhões e quinhentos mil euros de receita.-----



----Perante aqueles resultados consideravam que a taxa ideal a aplicar no IMI seria de zero vírgula trinta e seis por cento em consequência da aplicação da Derrama e por verificarem que os valores liquidados eram diferentes dos que estavam previstos.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 235/2018/CM, referente à determinação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a votação, que foi aprovada por maioria com vinte votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, seis votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Artur Sanina, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Luís Brito e Nelson Nascimento e uma abstenção do Deputado Municipal Rodrigo Aires.-----

----Passou ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 236/2018/CM, referente à determinação da participação variável no IRS.-----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que se tratava da mesma proposta que tinham efetuado nos últimos anos desde que existia a participação variável, propondo cinco por cento.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo passou à leitura do seguinte texto que constituía a declaração de voto da sua bancada e cujo texto integral se encontra anexo à presente ata como documento número quatro.-----

----«Considerando,-----

---- - Que, o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estipula que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável de 0% a 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial;-----

---- - Que, o Executivo do Partido Socialista nos propõe que os Tavirenses participem nas suas contas, pela taxa máxima de 5%;-----

---- - Que, as receitas fiscais provenientes das diversas taxas de impostos que o Município de Tavira arrecada deverão ser proporcionais às despesas e, como tal, o esforço dos contribuintes deverá ser aliviado quando em presença de contas equilibradas e um baixo investimento no Município;-----

---- - Que, o Orçamento Municipal proposto introduz, pela primeira vez, a Taxa Turística e que será previsível a sua inclusão, mesmo sem a prévia discussão e a aprovação da Assembleia Municipal.-----

---- - Que, o valor previsível a arrecadar com a taxa turística será equivalente ao valor da participação variável no IRS, dos Tavirenses.-----

---- - Que, a criação de novas taxas se deverá refletir nos impostos dos municípios;-----

----Entendemos,-----

---- - *Que, estão reunidas as condições suficientes para que os Tavirenses não paguem esta taxa, sem que tal coloque em causa as boas contas e o equilíbrio financeiro municipal.* -----

----Assim, -----

----*Os deputados Municipais eleitos pelo PSD manifestam o seu voto contra a proposta em discussão e apresentam esta declaração de Voto Vencido, para memória futura de todos os Tavirenses.*»-----

----O **Deputado Municipal Artur Sanina** referiu que sendo coerente com a análise que tinham efetuado quanto à Derrama também não podiam concordar com aquela taxa máxima de cinco por cento que o Presidente da Câmara não tinha justificado ao contrário do que tinha feito relativamente ao IMI.-----

----Para o BE e face ao que tinham proposto quanto à Derrama para grandes empresas com o volume de negócio apontado, consideravam que o Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares (IRS) deveria de ficar em dois e meio por cento.-----

----O **Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 236/2018/CM, referente à determinação da participação variável no IRS a votação, que foi aprovada por maioria com vinte votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira e sete votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Artur Sanina, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Luís Brito, Nelson Nascimento e Rodrigo Aires.** -----

----Passou ao ponto número cinco da ordem do dia, sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 237/2018/CM, referente à determinação da Derrama.-----

----O **Presidente da Câmara Municipal** disse que também iriam ser muitíssimo conservadores relativamente à posição que assumiam quanto à Derrama que seguia na linha do que seguramente defendia há vinte anos. Como todos sabiam, tinha sido Deputado Municipal daquela Assembleia Municipal durante doze anos, tendo inclusivamente alguns dos presentes partilhado consigo a bancada, e sempre tinha defendido a isenção da Derrama para as empresas, pelo que seria expectável que a linha conservadora seguida fosse coerente naquele aspeto.-----

----Na elaboração do orçamento era necessário estipularem quais seriam as receitas em função de um conjunto de prioridades e perspetivas. Naquele mundo competitivo tudo contava para a captação de investimento e Tavira, como sabiam, tinha um parque empresarial e um parque industrial que estava em fase de liquidação de modo a tentarem colmatar ou resolver um problema gravíssimo de endividamento que tinham, e que certamente seria resolvido. Era um problema gravíssimo de uma instalação que tinha sido efetuada sem qualquer perspetiva de fidelização de empresas pré-fixas para ali se instalarem mas que estava construída. Na prática a Câmara Municipal tinha quinhentos mil euros de capital social e tinha sido efetuado um investimento de quinze mil euros sem terem a ideia de quais

seriam as empresas que ali se iriam instalar, pelo que presentemente, num mundo competitivo como se encontravam, perto de parques como o de Olhão, Faro, Loulé, Lagoa e outros, tinham que cativar empresas que se fixavam onde consideravam terem melhores condições.-----

---Naquele processo, tinham que conjugar a liquidação da EMPET que tinha o parque empresarial e industrial e para tal tudo contava sendo que tinham que ter um diferenciador positivo para a instalação de empresas até porque, não estando a Câmara Municipal a contratar muito, apenas um conjunto de quadros diminutos para substituir outros, pensava que seriam as empresas que criariam postos de trabalho que, não havendo emprego não haveria coesão social. Se as empresas não tivessem condições para se instalarem ou pelo menos não existisse um diferenciador positivo, certamente que se fixariam em outro local.-----

---Seguramente que a Derrama não seria o efeito de tudo mas era um fator competitivo para a instalação das empresas. Na última vez que tinha sido aplicada, um e meio por cento sobre o valor dos lucros, tinha representado uma receita de seiscentos e noventa mil euros, que tinham reduzido durante três anos até a taxa passar a ser zero. -----

---Tinham ali referido que a Derrama devia de ser aplicada a empresas com lucros a partir dos cento e cinquenta mil euros, citando como exemplo os supermercados, a Driscoll's e a banca, mas, que ele soubesse, a banca tinha um regime excecional. Antigamente a Derrama não implicava as empresas que tivessem estabelecimentos no local como acontecia no presente, todavia aquela situação não era aplicada a todas as tipologias de empresas.-----

---Acrescentou que ponderados e conjugados todos os fatores e a obtenção das receitas para elaborarem o orçamento, tinham considerado que não deveriam de aplicar a Derrama no concelho de Tavira por pensarem que a mesma era originada pela dinâmica empresarial, pelo que fomentava, e atendendo a que o principal fator de coesão social era o emprego e existindo um regime de sazonalidade, enquanto o Algarve não funcionasse todo o ano certamente que muitos iriam ficar desempregados. Considerava que tudo contava para que as empresas mantivessem os postos de trabalho e, não sabia se tinham notado, mas cada vez estavam a fazer um esforço maior para manter os postos de trabalho num período em que tinham muito poucos clientes, estavam a perder dinheiro, como quem tivesse alguma dinâmica com as empresas talvez soubesse, porque existia falta de mão-de-obra qualificada e tudo isso contava, como contava, obviamente, a ínfima percentagem que não pagavam sobre a margem de lucro que tinham. Aquele era o incentivo que davam dentro do critério argumentativo de considerarem ser algo positivo para todos e que tinha vindo a dar bons resultados nos últimos anos porque felizmente o parque industrial estava a ter mais empresas tendo eles conseguido construir um discurso de atratividade interessante, o que influenciava, determinava a instalação ali porque podiam dizer que pretendiam que se instalassem empresas mas tinham que dizer quais eram as condições que davam para se instalarem. -----

---Concluiu dizendo que não tinham nada para oferecer a não ser um bom parque industrial onde, os lotes nem sequer eram nada baratos, pelo que tinham que dar estabilidade às empresas que também neles tinham confiado porque muitas se tinham ali instalado tendo por base um conjunto de pressupostos merecendo por isso uma estabilidade tributária. Era todo aquele conjunto de argumentos e alguma coerência que tinham vindo a ter, numa linha que desde há muitos anos defendia, pelo que considerava que no momento não existiam condições para aplicarem a Derrama. -----

---O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que já tinham discutido aquele assunto mas à luz dos argumentos transmitidos pelo Presidente da Câmara Municipal estava praticamente convicto que as últimas grandes empresas que se tinham instalado em Tavira não tinham considerado aquele fator. Se analisassem o caso da Driscoll's como exemplo, ter-se-iam instalado em Tavira pelo clima propício a que os frutos vermelhos florescessem e crescessem independentemente do valor da taxa da derrama que não seria impeditivo para se fixarem. -----

---Relativamente à Casa Santos Lima - Companhia Das Vinhas, S.A. tinham plantado largos hectares de vinha na região e acreditava, era constatável, que o tinham feito pelo clima, pelo sol disponível e porque, de facto, se tinha descoberto que podiam produzir muito bom vinho como era o caso de dois que tinham produzido e que supostamente eram da região. Assim, considerava que não era a derrama que estava em causa. -----

---Por outro lado, na proposta de aplicação da Derrama estavam apenas a referir-se a empresas grandes que tinham lucro pois aquelas que se instalavam, que inicialmente em termos competitivos viam a obtenção de lucro como algo a prazo, não deixavam de se fixar devido à Derrama. -----

---Existia ainda outro fator muito importante que era o facto de, no passado, terem obtido uma receita de seiscentos e noventa mil euros mas que no ano de dois mil e nove não recebiam as deduções das grandes empresas que não tivessem sede social em Tavira, pelo que estavam a falar de coisas completamente diferentes. Estavam-se a referir a empresas como o Pingo Doce cujas verbas não eram recebidas em Tavira mas que pagavam Derrama noutros municípios não sendo por não pagar que deixariam de ter supermercados em Tavira, estavam a falar do Continente, estavam a falar de grandes empresas que presentemente estavam em Tavira porque integravam os centros comerciais, os aglomerados comerciais e pretendiam ter aquela cota de mercado não deixando de se instalar. Considerava que estavam a desperdiçar aquela receita ao mesmo tempo que estavam a cobrar cinco por cento de IRS ao município de Tavira, ao mesmo tempo que cobravam uma taxa de IMI muito mais alta do que poderiam cobrar, o que considerava ser injustificável. Pensava que, no mínimo, as empresas deveriam de participar na vida, nas receitas da Câmara Municipal, da mesma forma que os particulares faziam. -----

---Terminou dizendo que desde que tinha sido Vereador, pelo menos naqueles anos e até à presente data, que tinham mantido sempre a coerência considerando que face ao novo enquadramento das

*João  
Ces.*

sedes sociais das empresas, a aplicação da Derrama era justificada, pelo que esperavam que um dia as empresas pudessem participar um pouco no orçamento da Câmara Municipal e os particulares menos.--

---O **Deputado Municipal José Graça** referiu que sem pretender voltar a frisar o que já tinha dito por altura da apresentação da moção do BE, gostava de sublinhar duas questões importantes, que já tinha referido e, que o Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de reafirmar, que se relacionavam com a coesão social do concelho. -----

---Existia ainda outra situação que já tinham tido oportunidade de abordar e que pensava ser também uma preocupação que, provavelmente no debate que teriam sobre o estado do Município, voltariam a abordar.-----

---No ano anterior quando tinham participado na discussão pública do Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território cujo estudo sobre as perspetivas de evolução demográfica dos concelhos do Algarve tinha sido apresentado aos participantes, para vincar o que o Presidente da Câmara Municipal tinha dito, tal como ele próprio na discussão da moção do BE, Tavira era um dos municípios que apresentava uma expectativa de crescimento negativo mais elevada do Algarve pelo que tinham que começar presentemente a trabalhar para consolidar a presença de empresas garantindo assim a oferta de vagas no mercado de trabalho.-----

---Presentemente, já naquele contexto, estavam a assistir que os municípios em redor estavam a aplicar políticas de incentivo à natalidade sendo que, em termos futuros, conforme tinha referido, provavelmente poderiam estudar formas de incentivo e de apoio às famílias para além das políticas sociais já implementadas atualmente pelo Município, estudando também uma forma de poderem devolver algum IRS apesar de, no ano seguinte, este poder constituir uma agradável surpresa para muitas famílias devido às políticas seguidas pelo Governo. O que teriam que fazer em termos locais, seria prevenir as perspetivas demográficas negativas que existiam para o concelho de Tavira e criarem também políticas de incentivo a nível local, maior incentivo às famílias especialmente nos territórios de baixa densidade do concelho.-----

---Terminou dizendo que não deixariam de analisar as perspetivas e as propostas, sendo que tinham participado com o Executivo na preparação de propostas e na reflexão sobre as políticas municipais estando abertos a fazê-las evoluir no futuro. -----

---O **Deputado Municipal Rodrigo Aires** questionou o Deputado Municipal José Graça, se fosse possível responder quanto à relação entre a questão demográfica e a derrama nas empresas, ou seria que os empresários seriam todos jovens e teriam filhos. -----

---O **Deputado Municipal José Graça** respondeu que não estavam propriamente numa aula de demografia mas poderia ali falar durante uma hora sobre os fatores que motivavam ou prejudicavam a atratividade demográfica dos territórios. Era claro que as políticas fiscais de âmbito local tinham cada vez mais importância pelo que tinha referido que os municípios em redor ofereciam largos milhares de

euros para que as famílias tivessem filhos pois ninguém teria filhos se não tivesse emprego para se fixarem no território. Esta questão estava relacionada com as políticas fiscais na medida em que todos tentavam atrair investimentos para os seus concelhos de modo a criar emprego, consolidando a presença de trabalhadores para que pudessem ter estabilidade nas suas vidas de modo a que as suas famílias pudessem crescer ou manterem-se pois caso contrário mudariam de local. -----

----Há uns anos atrás, o Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Joaquim Vairinhos tinha realizado investimento num conjunto de vias estruturantes do seu concelho e, passados dois ou três anos, dizia de forma muito desanimada que pensava que as estradas serviriam para que as pessoas se estabelecessem em Salir, Alte, Benafim ou Ameixial mas antes tinha servido para que todos se deslocassem para o litoral, o que podia ter também acontecido com a IC27 ou com a estrada de Cachopo sendo que as pessoas para irem trabalhar para Loulé ou Faro iam por São Brás mas provavelmente no presente deslocavam-se mais facilmente para Tavira. -----

----Terminou dizendo que conhecia inúmeras famílias de Cachopo que tinham habitações em Tavira e cujos filhos provavelmente já não regressariam a Cachopo e que, não havendo emprego em Tavira, se mudariam para Faro. -----

----Concluiu dizendo que tinham ali abordado o problema dos transportes que também não facilitava nada a fixação das pessoas, mas as políticas fiscais eram o instrumento que o Município dispunha para atrair e manter a população. -----

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número **237/2018/CM**, referente à **determinação da Derrama a votação, que foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta, Vitor Palmeira e Rodrigo Aires, e seis votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Artur Sanina, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Luís Brito e Nelson Nascimento.** -----

----A declaração de voto apresentada pelo PSD encontra-se em anexo à presente ata como documento número cinco. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número seis sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número **238/2018/CM**, referente ao Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para 2019 informando que, como habitualmente, a proposta seria discutida em conjunto mas colocada à votação em pontos separados, como também tinha acontecido na Reunião de Câmara -----

----O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que a situação financeira da Câmara Municipal era estável pelo que tinham tentado apresentar um orçamento de rigor que contemplava as receitas e despesas numa previsão o mais aproximada possível da realidade apenas com uma exceção. -----

----Tinham colocado naquele orçamento o valor de novecentos mil euros de receita de uma taxa turística que tinha sido anunciada e acordada na AMAL mas que verdadeiramente desconheciam se iria ser aplicada no concelho de Tavira uma vez que ainda não tinham debatido o assunto, mas no caso de acontecer, cuja documentação teriam que elaborar, aquela era a previsão da verba, que caso não acontecesse retirariam aquando da integração do saldo de gerência ficando a questão resolvida.-----

----Consideravam que era importante dar aquele sinal de que a taxa turística poderia e devia de ser discutida em Reunião de Câmara, todavia se tal não acontecesse passariam para o ano seguinte sem qualquer problema. Como sabiam aquela taxa tinha sido acordada na AMAL no pressuposto da aplicação de uma taxa turística na região, que tinha conhecimento que algumas câmaras iriam aplicar, ou não, sendo também a posição que teriam de decidir que posteriormente seria apresentada naquela Assembleia Municipal.-----

----O orçamento continha uma receita de novecentos mil euros de uma taxa turística que ainda não tinha sido discutida, que seria para aplicar a partir de março seguinte, que seria o tempo que teriam para implementar, mas tinham considerado que deveriam de consignar aquela receita também para dar um sinal naquele pressuposto, sendo aquela a justificação para a previsão de algo que tinha sido acordado, era público, e que a ser criada entraria em vigor no mês de março do ano seguinte após ponderação sobre a matéria.-----

----O orçamento proposto para o ano de dois mil e dezanove era um orçamento no valor de trinta e cinco milhões de euros, obviamente que fortissimamente balanceado nas despesas correntes que constituíam a parte substancial da despesa.-----

----Para o ano em apreço estava previsto aumentar significativamente as despesas de capital devido ao volume de intervenções que iam conseguindo colocar no terreno. O corrente ano tinha sido atípico, e sendo um ano pós eleições tinha sido um ano de baixa execução de despesa de capital e de receita elevada. Tal tinha acontecido porque as orientações que tinham sido dadas aos serviços da Câmara Municipal tinham sido no sentido de que a equipa de projetos e obras municipais se concentrassem na preparação de projetos grandes que não conseguiam elaborar num ano mas que tinham que ser balanceados e preparados naquele primeiro ano de atividade. Referia-se ao Cineteatro, à ponte, ao cais da Ilha de Tavira que não sendo um projeto da Câmara Municipal tinha que ser acompanhado, às piscinas municipais, ao dimensionamento da rede viária que tinha que ser trabalhado, à intervenção na EN270 em Santa Catarina da Fonte do Bispo, aos três polidesportivos cuja intervenção estava a avançar, o que representava intervenções com alguma complexidade que tinham que ser acompanhadas e que, de alguma forma, tinham impedido a existência de uma multiplicidade de projetos menores que não levavam tanto tempo em elaboração o que tinha levado a que a execução fosse mais baixa.-----

----Em termos de receitas, uma parte substancial das intervenções que estavam a ser executadas eram participados por fundos comunitários. O Cineteatro que tinha um valor de adjudicação de perto de



cinco milhões de euros seria financiado em dois milhões e oitocentos e trinta mil euros pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), a intervenção na EN270 para a qual inicialmente não estava previsto qualquer financiamento, tendo sido possível candidatar e seguramente seria comparticipada em cerca de trinta e cinco por cento, a escola da Conceição já tinha o Termo de Aceitação do financiamento assinado e a de Santo Estevão certamente que seria financiada pela mesma linha.-----

---No ano seguinte, uma vez que a questão das intervenções maiores estaria resolvida, que iria acontecer uma multiplicidade de projetos visto já haver capacidade interna dos serviços da Câmara Municipal para elaborarem projetos por estar mais liberta para um conjunto de projetos que constavam no programa eleitoral, para cumprirem.-----

---Apenas para corrigir o que o Deputado Municipal Artur Sanina tinha referido, democracia não era o mesmo que representatividade que era uma consequência da democracia. Pensava que nunca se devia de confundir os termos porque a democracia existia, a representatividade do BE era apenas o Deputado Municipal Artur Sanina porque tinha recebido votos em função do processo democrático, pelo que tendo o Deputado Municipal dito que não existia democracia, tal tinha-lhe parecido algo exagerado. Assim, em função daquela representatividade considerava que ninguém estaria à espera que elaborassem ou propusessem um orçamento que não contivesse as linhas programáticas do que tinham colocado a sufrágio pelos cidadãos de Tavira que livremente se tinham expressado.-----

---O orçamento que tinha a componente de impostos, que já tinha falado, seguia os objetivos estratégicos que tinha vindo a seguir nos últimos anos e seguramente no ano anterior porque o programa eleitoral que tinha sido sufragado continha precisamente os cinco eixos estratégicos que por uma questão de limpeza intelectual tentavam seguir.-----

---Relativamente ao primeiro objetivo estratégico: Potenciar a atratividade e o desenvolvimento de Tavira, no que se referia ao turismo, tinham um conjunto de projetos que estavam a acompanhar e algumas intervenções de pavimentações que iam acontecer no ano seguinte como estavam previstas nas Grandes Opções do Plano (GOP), nomeadamente, a pavimentação de arruamentos e vilas em praticamente todas as freguesias, especialmente na Conceição e Luz de Tavira, estando previsto pavimentações na estrada do Valongo, Eira Pelada, Fafato, Carrapateira que era um eixo importante e a via do Barranco do Furadouro até aos Estorninhos que estava muito mal. Estavam ainda previstas duas intervenções importantes na Freguesia da Santo Estevão e Luz de Tavira, o Butoque, Estiramantens e Amaro Gonçalves no limite do concelho, e um conjunto de ruas adjacentes que também seriam pavimentadas. Tinham também previsto um conjunto de pavimentações em Tavira por forma a completarem a rede que tinham. Iriam proceder à pavimentação da Quinta das Salinas, novamente, algumas em Cachopo, e a requalificação da Rua Capitão Jorge Ribeiro em Cabanas e vias adjacentes que constituía a rua principal que tinha acabado nas Pedras da Rainha onde seriam colocadas pluviais, uma

parte de saneamento e proceder ao enterramento de infraestruturas, tentando terminar o projeto para que a intervenção começasse no final do ano porque se tratava de uma intervenção com um fortíssimo impacto que não podia ser executada durante o verão. -----

----Tinham ainda previsto, e o projeto estava no momento a ser terminado para poderem lançar o procedimento para as acessibilidades ao mercado da ribeira, e um conjunto de intervenções em frente ao edifício e a colocação de passadiços nas praias.-----

----No objetivo estratégico número dois: Afirmar e preservar a identidade de Tavira, iriam manter a mesma lógica com o Verão em Tavira, a Dieta Mediterrânica, o Viva a Primavera tentando assim completar uma programação de qualidade como o que vinham a ter porque se tratava de um fator de atratividade e, obviamente o Cineteatro cuja intervenção se encontrava como sabiam. -----

----Relativamente ao terceiro objetivo estratégico: Promover a coesão social do concelho, estavam a desenvolver planos de igualdade tendo candidatado o Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) para a reabilitação dos bairros da Atalaia, Porta Nova e Bela Fria de modo a poderem aproveitar alguns fundos comunitários onde estava previsto um cofinanciamento de cerca de setecentos mil euros para um conjunto de projetos que tentariam executar na área de intervenção do Instrumento de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Urbana.-----

----Estavam também a iniciar uma estratégia local de habitação que era condição “*sine qua non*” para o acesso aos fundos do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação para as pessoas com dificuldades sociais que tinham direito a habitação social e tentar criar ou projetar habitações para que a classe média pudesse conseguir habitações a custos acessíveis, o que aplicariam em Tavira e nas freguesias, pelo que estavam a elaborar aquela estratégia que tinham que ter para, em função da mesma, poderem dimensionar os projetos, o que também aconteceria no ano seguinte. -----

----Quanto à educação iriam manter todos os apoios gratuitos, seguramente os livros de fichas escolares que chegariam até ao sexto ano do ensino público e privado, estando a equacionar outras medidas.-----

----A seu tempo também entraria em vigor o regime de arrendamento apoiado com comparticipação nas rendas de algumas famílias, cujo regulamento estava a ser elaborado. -----

----Iriam continuar a pagar bolsas de estudo, no que não pretendiam fazer grandes alterações porque no ano anterior tinham sido bem-sucedidos, tendo obtido o recorde de sempre, e iriam manter os transportes para todos.-----

----No que se referia à qualidade e melhoria dos serviços, manteriam o rigor, projetos inovadores, transformação, simplex administrativo e outros. -----

----O Presidente da Câmara Municipal continuou dizendo que relativamente às receitas haveria uma altura em que o IMT iria começar a baixar. Presentemente havia quem dissesse que já tinham vendido tudo o que havia para vender, mas o certo era que estavam para ser construídos vários empreendimentos novos cujos licenciamentos já tinham sido emitidos o que significava que no prazo de

um ou dois anos teriam alguma receita suplementar tanto no IMT como obviamente na valorização do IMI expurgadas as isenções que pudessem vir a existir. Assim, podiam dizer que presentemente estavam satisfeitos com a receita mas esta não resultava da atividade económica porque, factualmente, a receita do IMI, do que as pessoas pagavam de IMI tinha começado a baixar no ano anterior por via da diminuição da taxa que tinham estabelecido. -----

---Acrescentou dizendo que em matéria de amortizações fariam as que estivessem estabelecidas apesar de presentemente disporem de meios financeiros para antecipar a liquidação de amortizações. O que estava previsto era cerca de um milhão e meio de euros para amortizar os empréstimos que tinham, não estando prevista a contratação de qualquer empréstimo novo, o que poderiam fazer porque tinham margem para tal, e estando o Cineteatro na situação que estava, financiado a sessenta e cinco por cento, que naquele mesmo dia na Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional tinha sido atribuído o remanescente, setecentos e quinze mil euros, não seria necessário. Também não estava previsto para a ponte, cuja intervenção se iria realizar no ano seguinte, que teria um custo de cerca de um milhão e meio de euros para o que ainda procurava uma linha para candidatar, que não tinha encontrado, mas veriam se aparecia para os auxiliarem no pagamento das contas. -----

---Considerava importante dizer que a lógica do orçamento era a mesma do ano anterior com o contributo que o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha dado no tempo em que fazia parte do Executivo, pelo que tinham colocado as receitas com a verba que tinham e colocado noutra rúbrica a verba a dotar resultante da previsão por incorporação do saldo de gerência. Em principio seguiriam a linha do ano anterior, desconhecendo quando os serviços encerrariam as contas mas tal estava previsto para o mês de fevereiro como sempre, sendo que os serviços em dezembro começariam a elaborar o encerramento. Já possuíam o visto do Tribunal de Contas relativamente ao encerramento das contas do ano de dois mil e catorze, a conta geral da autarquia, que também tinham encerrado em fevereiro e que estava visada, o que queria dizer que seguiriam a mesma linha e que por altura da incorporação do saldo de gerência iriam, obviamente, reforçar as rúbricas com a verba que faltava, nomeadamente todas as rúbricas relacionadas com a Feira da Dieta Mediterrânica ou o Verão em Tavira que se encontravam subavaliadas naquele orçamento e que já sabiam que iriam gastar mais verba. Assim com a incorporação do saldo de gerência colocariam as rúbricas certas numa técnica de não deixarem de colocar toda a despesa que era de capital. -----

---Presentemente a Câmara Municipal dos cerca de vinte e quatro milhões e quinhentos mil euros de dívida e cinco milhões de curto prazo colocados num documento subscrito, na altura, pela Diretora de Departamento Financeiro, no ano de dois mil e nove, tinha um remanescente de nove milhões e quinhentos mil euros e não tinha dívida a fornecedores estando a proceder ao pagamento das faturas em função da comprovação da documentação. -----

----Reforçou que a dívida se situava em cerca de nove milhões e quinhentos mil euros o que era importante para a solvibilidade daquele exercício e o que queria dizer que transitando com poucos pagamentos e seguramente com os milhões por via do saldo de gerência, que ia aumentando, e cujas rubricas iriam reforçar, teriam um orçamento superior a cinquenta milhões de euros pelo que haveria verba para o que estava previsto.-----

----Seguidamente disse que considerava importante o prazo médio de pagamentos que tinham presentemente pois quando tinham assumido funções no ano de dois mil e nove o prazo situava-se em cerca de trezentos dias, que atualmente era de doze, treze dias de prazo médio o que queria dizer que tinham pago praticamente todos os compromissos.-----

----No último anuário financeiro das autarquias que tinha sido editado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, que era um documento idóneo e que dava algumas perspetivas quando à situação financeira do municípios, desafiava para que comparassem os dados do ano de dois mil e dez e seguintes, com o ano atual. Na página trezentos e dezanove do documento que continha uma tabela com os resultados dos exercícios que anualmente ali votavam, e que se traduzia na eficiência financeira, no corrente ano o Município de Tavira tinha subido cerca de vinte posições.-----

----Tratavam-se de indicadores de entidades fiáveis que indicavam qual era a posição financeira do Município e que lhes permitia dizer que havia consistência e persistência nas medidas, aliviando a carga fiscal das famílias com uma redução sustentada pois necessitavam de menos verba para executarem um conjunto de intervenções, grandes, que requeriam meios, porque tinham sido deixadas ao abandono anos e anos dado que a política seguida era no sentido de que o importante era fazer de novo não mantendo o existente, ele considerava que, por vezes, mais importante do que fazer de novo era manter o existente o que algumas vezes era mais dispendioso, cuja política tinham seguido com a recuperação de um conjunto de património.-----

----Na página trezentos e dezanove do documento podia ler-se:-----

----No *“Ranking global dos municípios de média dimensão na lista dos cem melhores classificados globalmente”*, no somatório dos vários indicadores dos municípios de média dimensão, Tavira estava situada em sexto lugar tendo à frente os municípios da Marinha Grande, Lagoa, Albufeira, Alcobaça, Benavente e em sexto lugar estava Tavira. Loulé situava-se em décimo segundo lugar, em décimo terceiro estava Lagos, em vigésimo primeiro, Olhão, Faro estava em vigésimo sétimo e em trigésimo quarto Silves. Considerava que aquele era um motivo mais do que justificado para continuarem a ser reconhecidos por uma entidade idónea do modo como é que a gestão daqueles orçamentos estava a ser efetuada, sendo que se posicionavam no patamar de cima dos *rankings* credíveis e não no debaixo como alguns municípios que conheciam que estavam a passar enormíssimas dificuldades porque em determinada altura não tinham efetuado o trabalho que deviam e, presentemente, em vez de aliviar iriam seguramente penalizar, tendo uma gestão muito complicada.-----

----Para terminar disse que o orçamento tinha sido elaborado de acordo com um conjunto de orientações que mais não eram do que o seguimento das políticas que tinham vindo a adotar ao longo dos últimos anos.-----

----Passando ao mapa de pessoal referiu que este era precisamente uma consequência do que tinha acabado de dizer sendo que apenas a partir do ano anterior é que a Câmara Municipal tinha passado a ter alguns indicadores positivos que permitiam a contratação de recursos humanos.-----

----O pessoal a contratar constante no mapa do ano anterior tinha sido praticamente todo contratado, sendo que os últimos dois concursos para dez bombeiros e dois assistentes de comunicação estavam a decorrer, já tendo sido publicados. Para o ano seguinte, observando a organização da Câmara Municipal iriam substituir quem se tinha reformado rejuvenescendo uma estrutura que ia ficando envelhecida porque não podiam perder a experiência das pessoas, tendo um conjunto de técnicos superiores e assistentes técnicos para entrar porque existiam pessoas na Câmara Municipal de Tavira que constituíam a reserva do saber histórico, do que era a passagem do saber de uns para outros de coisas que não se podiam perder, sendo que as pessoas tinham que ter tempo para passar um conjunto de tarefas, especialmente dos recursos humanos e património. Por outro lado também compreendia um conjunto de técnicos para aliviar e reforçar os serviços, sobretudo na parte da manutenção da Câmara Municipal.-----

----Estavam a prever contratar sete técnicos superiores, cinco assistentes técnicos, vinte e um assistentes operacionais para reforçar o quadro da Câmara Municipal, proceder a algumas substituições e recuperar a capacidade técnica que era necessária.-----

----Concluiu dizendo que eram sete técnicos superiores distribuídos por vários serviços, obras municipais, obras particulares, empreendedorismo e turismo, cinco assistentes técnicos para vários serviços, vinte e um assistentes operacionais sendo dois para as escolas uma vez que tinham acabado de contratar quinze, cinco motoristas, quatro pedreiros, seis de apoio a eventos, três de apoio ao desporto, um de apoio à oficina e dez novos bombeiros municipais, recrutas, para o que tinham acabado de abrir concurso.-----

----O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que relativamente àquela proposta de orçamento tinham uma grande reserva que após a explicação do Presidente da Câmara tinha passado a ser impeditiva praticamente de analisar aquele documento.-----

----Pensava que existia ali uma inversão pois estavam colocados no orçamento novecentos mil euros, quase um milhão de euros de taxa turística que estava considerada nas receitas e que poderiam ser ou não recebidas. Pensava que de acordo com as boas práticas a situação deveria de ser colocada ao contrário, se viesse a ser aplicada, seria incluída, se não, não fariam nada. Assim, para ele aquele orçamento tinha desde logo um defeito conceptual que era inultrapassável mas que estava consciente

que os votos da sua bancada não seriam suficientes para fazer valer aquele argumento formal, conceptual e até legal. -----

---Quanto aos outros assuntos, já tinham referido que mesmo face àquele orçamento se justificava baixar a taxa de IMI e da participação no IRS. -----

---Relativamente à despesa verificava que as sugestões dos Vereadores do PSD, as sugestões efetuadas nas reuniões do Direito de Oposição que na sua maioria eram estruturantes e importantes para a questão da evolução demográfica, cujo assunto tinha sido abordado pelo Deputado Municipal José Graça, não constavam. Viviam num concelho em que presentemente os mais jovens, a classe média, não tinha como comprar casa e o assunto estava a ser empurrado para os projetos, para depois verem. Assim considerava que se tal questão não estivesse refletida naquele orçamento de forma séria e com pujança, não iria acontecer tão cedo e certamente que não iria acontecer no atual mandato. O tema era transversal a todos os programas dos que se tinham candidatado nas últimas eleições tendo sido sufragado por todos e identificado como uma questão cada vez mais grave. -----

---Considerava que aquele era um dos fatores que provavelmente merecia mais investimento. Sabia que no passado tinham havido muitas queixas relativamente ao que tinha sido a habitação social mas o certo era que não existia nenhuma casa vazia, pelo contrário, e que o investimento tinha valido a pena, sendo aquele investimento que justificava a dívida pois mesmo o cidadão comum nas suas vidas privadas mesmo quem podia, não pagava uma casa num ano tendo que ter empréstimos que o suportassem. Relativamente àquele assunto absolutamente nada estava refletido no orçamento em apreciação. -----

---Passava a alguns assuntos também vertidos nos programas eleitorais, e do PS também, e que se não comesçassem a ser executado também não seriam, como era o caso do arrelvamento ou um campo de futebol novo em Santa Luzia. Provavelmente das freguesias do concelho, Santa Luzia era aquela que mais se destacava naquela modalidade, sendo a que mais tinha efetuado, mais tinha solicitado, e voltavam a ter um orçamento onde nada constava sendo que provavelmente os anos de mandato restantes já não seriam suficientes para o executar, que se acontecesse, ali estaria para aplaudir. -----

---Outro fator que cada vez lhes era mais querido até porque as condições climatéricas tendiam a piorar era o facto de, tendo o concelho uma grande zona de serra que tinham que cuidar além da implementação de medidas de prevenção, a primeira coisa que tinha ouvido quando tinha iniciado a sua atividade política, da parte dos próprios bombeiros, tinha sido de que o quartel estava completamente desadequado às necessidades atuais, cujo projeto para um novo quartel era sempre falado nas campanhas eleitorais mas, mais uma vez, era preterido naquele orçamento. -----

---Havia ainda outros projetos mais pequenos, mais simples, que podiam ser executados como era o caso do Centro de Bem-Estar Animal e outros, mas não iria referi-los porque reconhecia que também

existiam alguns bons projetos que até podendo estar mais adiantados o importante era que se concretizassem, como era o caso do Cineteatro. -----

---Falando ainda do Cineteatro referiu que o que tinha acontecido ultimamente vinha em parte a dar-lhe razão quando muitas vezes defendiam em Reuniões de Câmara a necessidade de dar conhecimento público daqueles projetos, porque muitos criticavam-no. Desde o princípio que defendia que o projeto em si tinha que ser bom relativamente às valências que teria, no que ofereceria à comunidade e os compromissos que tinham sido necessários para manter praticamente o mesmo edifício, com uma traça diferente, e sobretudo a polivalência que teria. Assim, considerava que se o projeto tivesse sido publico, se lhe tivesse sido dada a devida publicidade, provavelmente os seus autores não se teriam que andar a defender sozinhos nas redes sociais e a população de Tavira estaria informada. Aquela era a crítica que fazia relativamente ao processo do Cineteatro, sendo o que defendia também relativamente à ponte cujo projeto ninguém conhecia, que não se pretendia discutir publicamente, que apenas era dado a conhecer o desenho acabando por ver quase sempre a ponte antiga que era a fotografia que aparecia.--

---Para terminar disse que na apresentação do orçamento tinham falado mais do passado do que do futuro, do que pretendiam que este fosse. Tinha elogiado algumas coisas mas outras havia para o que bastava apenas o conhecimento público, a divulgação, o apoio de todos, mas parecia que trabalhavam às escondidas.-----

---O **Deputado Municipal Artur Sanina** disse que no corrente ano, em termos políticos, podia analisar o orçamento de uma forma completamente diferente do ano anterior quando tinha referido que não possuía conhecimentos técnicos, contabilísticos para proceder à análise do orçamento como, pelo trabalho que iam desenvolvendo, tinham analisado a nível interno do BE. -----

---O que ia falar era resultante de um conjunto de reuniões que tinham realizado e que presentemente passavam a exprimir o que tinham ouvido nessas mesmas reuniões setoriais. Nas reuniões que tinham feito com instituições sociais tinham ouvido as suas preocupações, dificuldades e perspetivas. Há cerca de duas semanas tinham terminado as reuniões com todas as juntas de freguesia do concelho. -----

---Primeiramente pretendia valorizar o que consideravam positivo ao longo dos últimos quatro anos de mandato que coincidiam com as suas funções enquanto Deputado Municipal. Tinha dito que o equilíbrio financeiro era importante e que constituia uma preocupação do Executivo mas tinham vindo a alertar para um conjunto de situações que embora o equilíbrio financeiro existisse, os resultados do exercício fossem positivos, a cidade também necessitava de investimento. -----

---Tinha chamado à atenção relativamente ao problema do Cineteatro que tinham tido resposta estando a intervenção a decorrer, mas também tinham falado das questões da mobilidade, das pescas e da agricultura.-----

---Quanto aos presidentes de junta tinham apresentado necessidades comuns salientando aspetos fundamentais como a falta de recursos humanos porque existiam freguesias que tinham apenas uma ou

duas pessoas, e a falta de meios financeiros e equipamento. Todos tinham sido unânimes relativamente às carências naquelas três áreas cujas dificuldades sentiam no seu dia-a-dia, no desenvolvimento do seu trabalho.-----

---Também sabia que numa reunião, o Presidente da Câmara Municipal tinha reconhecido que as freguesias necessitavam de ser mais apoiadas naqueles fatores mas o que verificavam no orçamento era que em vez da rubrica para os apoios às freguesias ter aumentado, tinha diminuído.-----

---Outra questão referia-se à habitação sobre o que tinham aprovado uma moção na Assembleia Municipal, que devia de existir habitação social e habitação a custos controlados tal como o apoio às rendas que os jovens pagavam, mas o orçamento nada definia, indicando apenas um projeto a realizar numa programação que tinha que ser elaborada quanto à habitação social mas não tendo nada especificado nem indicando quais as verbas ou a estratégia a seguir.-----

---Tinham participado na reunião do Direito da Oposição para a apresentação do orçamento por parte do Presidente da Câmara Municipal tendo dado os seus contributos mas verificavam não estarem contempladas nenhuma das preocupações que tinham demonstrado. O que realmente os preocupava e pelo que iriam continuar a lutar, eram as rúbricas de apoios às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), habitação social, habitação a custos controlados e o apoio às juntas de freguesia para incremento da cultura e desporto no concelho. Assim, o que propunham era que dos milhões que iriam transitar referentes ao saldo de gerência, cerca de vinte milhões, fosse disponibilizado pelo menos um milhão para aquelas três rúbricas que muito os preocupavam, para as juntas de freguesia, apoios sociais, e que tendo o Presidente da Câmara mais uma vez referido a coesão social, referia apenas que estavam destinados duzentos e trinta e nove mil, e novecentos euros no orçamento.-----

---Relativamente ao Parque de Campismo que tinham vindo a acompanhar e que ele até tinha sido alvo de críticas ao dizer que a uma semana da abertura da época o parque de campismo não estaria em condições, quase no final, até pelo reconhecimento que tinha pelo funcionário, que era seu grande amigo, e que todos reconheciam o trabalho que tinha desenvolvido quer na Junta de Freguesia de Santa Luzia, quer no parque de campismo, tinha verificado que o aumento das receitas tinha sido notório, que as condições proporcionadas tinham sido melhoradas, que tinha havido um aumento no número de pessoas a frequentarem o parque e, presentemente, o que verificava era que existia uma possível concessão do parque de campismo cuja receita já estava prevista. Assim, questionava se estavam a considerar concessionar o parque de campismo quando por gestão direta da própria Câmara Municipal, e este tinha tido um resultado tão positivo na época anterior, e tendo até em conta as experiências anteriores que tinham sido bastante negativas. -----

---Pela análise que tinham feito ao orçamento existiam três ou quatro áreas que os preocupavam e que resultavam do que tinham ouvido das pessoas nas reuniões setoriais que tinham feito e cujas necessidades e expetativas não estavam espelhadas. -----

---Respondendo ao Deputado Municipal Jorge Corvo disse que naquele momento ele era uma das pessoas envolvidas no Clube de Santa Luzia que era frequentado por dezenas de jovens e crianças, que praticavam atletismo e as condições existentes não eram as melhores, todavia existia aquela prática, pelo que considerava que talvez Santa Luzia necessitasse mais de outras coisas, como por exemplo de habitação social, do que do campo de futebol relvado.-----

---O **Presidente da Assembleia Municipal** chamou à atenção do Deputado Artur Sanina para o facto de apenas naquele ponto já ter falado sete minutos quando o BE, nos termos do Regimento daquela Assembleia Municipal apenas tinha direito a cinco minutos e, uma vez que o BE tinha acusado o Presidente da Assembleia de não cumprir o Regimento, esperava que o acusassem novamente pelo facto do seu Deputado ultrapassar mais de três vezes o tempo a que tinha direito.-----

---Pedi desculpa mas não o podia consentir, reiterando o apelo ao poder de síntese, o que o Deputado Municipal Artur Sanina, com todas as razões que pudesse ter, não conseguia fazer.-----

---Há uns dias tinha sido o BE que o tinha acusado de não cumprir o Regimento e, presentemente teria todas as outras bancadas a dizer o mesmo por culpa do BE, por deixar falar o seu Deputado, o que não podia acontecer.-----

---O **Deputado Municipal José Graça** disse que gostava de felicitar o Executivo Municipal pelo orçamento que apresentava e gostava de iniciar falando do montante global que lhes era apresentado. O orçamento do ano seguinte ascenderia a trinta e cinco milhões de euros o que representava um valor superior em aproximadamente dez por cento relativamente ao ano transato, ia ao encontro de um conjunto de propostas que tinham sido apresentadas pelo PS nas últimas eleições e da concretização de grandes projetos de interesse público, o que era muito importante, e que ali já tinham sido mencionados pelo Presidente da Câmara Municipal.-----

---Porque a Assembleia Municipal era um órgão político, um órgão de estratégia onde deviam de pensar exatamente o futuro do concelho de Tavira, gostava de sublinhar que era no ponto número três onde viam essencialmente a marca do PS relativamente ao futuro do concelho de Tavira quando o Município assumia o compromisso de apresentar durante o ano de dois mil e dezanove a proposta do plano municipal para a igualdade e a elaboração da estratégia local de habitação. Recordava que até há um ano a pasta da habitação nem sequer merecia uma Secretaria de Estado no Governo, o que era algo semelhante à ferrovia do Algarve, tendo sido durante muitos anos uma área que os governos não tinham ligado muito apesar das necessidades serem mais do que evidentes. Durante muitos anos os municípios sem terem aquela competência atribuída, tinham-se substituído ao Estado fornecendo habitação aos seus concidadãos, como já ali tinha sido dito, endividando-se, e proporcionando melhores condições de vida às suas comunidades. Por isso mesmo gostava de se congratular com aquela proposta do Município que ia ao encontro de dois compromissos assumidos pelo PS naquela Assembleia Municipal, nas últimas sessões, em que tinham discutido mais aprofundadamente a questão da

habitação. No ano seguinte teriam oportunidade de discutir aquela proposta na sequência de um trabalho legislativo espetacular que estava a ser efetuado naquele domínio pela Secretaria de Estado da Habitação e que os levaria a aprovar, até ao final do ano, a estratégia local de habitação sem que fosse descurada a necessidade de resposta mais evidente e mais rápida às carências que se verificavam.-----

----Por outro lado também gostava de sublinhar que aquela era uma semana importante mas também com um aspeto negativo, porque finalmente estavam a ser discutidos os diplomas que consolidavam a reforma da administração local com o pacote da descentralização mas, infelizmente, tinham assistido na Assembleia da República, na discussão do Orçamento de Estado, a uma coligação negativa que tinha levado à eliminação do artigo setenta da proposta de Orçamento de Estado onde era previsto o fundo de financiamento da descentralização. Sabia que aquele pacote apesar de ser olhado com bons olhos pelo atual Líder do PSD não era visto por muitos que estavam na Assembleia da República como um passo fundamental para afirmar a descentralização do território, sendo a anulação do artigo setenta da proposta de Orçamento de Estado mais um passo atrás no cumprimento e continuação daquele compromisso até ao final da legislatura. Felizmente que o Governo também com o apoio do Presidente da República tinha feito com que aqueles Decretos-Lei saíssem pelo que presentemente teriam que aguardar mais dois ou três meses para conseguirem que a transferência de verbas para a sua persecução fosse confirmada na Assembleia da República.-----

----Disse ainda que aquele era o desafio do ano seguinte, que o Município lhes apresentava aquelas duas propostas mas também o desafio da concretização daquelas medidas de descentralização para o que estavam disponíveis para trabalhar e consolidar naquele espaço. -----

----Concluiu dizendo que ao contrário do que muitos temiam quando ao facto do grau de execução ser baixo, tinha a expectativa de que o ano se dois mil e dezanove seria um ano histórico para o Município de Tavira com as maiores taxas de execução a nível orçamental da sua história do poder local democrático.

----O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que pensava que o Deputado José Graça tinha gasto os elogios porque dentro de alguns meses não teria um orçamento de trinta e seis milhões e quinhentos mil euros mas de cinquenta milhões ou mais. Aquele era um “draft” do orçamento pelo que estar a elogiá-lo quando sabiam que tinham que introduzir todo o restante, até esperava que tivesse falado sobre a taxa turística, da sua inclusão no orçamento e em termos formais o que é que valia ou não. -----

----O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o orçamento, que ele soubesse, era uma previsão de receitas e de despesas, que continha a previsões das receitas que iriam obter e despender. Como não podiam inventar receitas, a receita da taxa turística era uma previsão que estava mais que publicitada, que existia, que era uma realidade que estava a acontecer no Algarve no que o Município de Tavira estava envolvido pelo que seria expectável que aquela receita se pudesse vir a concretizar. Era mais que legal e mais que certo não tendo ele qualquer dúvida quanto à questão porque se tivesse não o tinha proposto.-----

---Sendo o orçamento uma previsão das receitas e despesas era evidente que teria uma configuração ou geometria mais certa após a incorporação do saldo de gerência. A legislação também o previa porque presentemente era possível efetuar as alterações e revisões orçamentais que entendessem ao contrário do que acontecia no passado em que apenas duas eram possíveis o que dava assim uma maior flexibilidade ao documento de gestão alterando em função das circunstâncias existentes nos territórios.

---Continuou dizendo que não tivessem dúvidas que a ideia passava pela concretização do programa eleitoral ao longo dos três anos seguintes, porque um já tinha passado. Não tinha quaisquer dúvidas que seria o que iria acontecer, o que representava que o trabalho que estava a ser desenvolvido para a concretização de intervenções como por exemplo para a habitação, sendo a razão por que necessitavam de uma estratégia, de planos, estavam todos comprometidos. Percebia que a oposição tivesse que dizer alguma coisa e em vez de valorizar o que constava, valorizar o que não constava, o que era perfeitamente perceptível, compreensível, sendo que ele até gostava de receber os alertas, que agradecia, pois até os ajudavam a consciencializar que existiam situações que tinham que olhar com mais pormenor porque uma oposição responsável era assim que agia estando também a contribuir. Felizmente as que tinham sido elencadas eram questões que estavam a ser trabalhadas que não tinham que estar no orçamento por não existirem ainda sendo apenas dotadas quando fosse necessário nem que para tal tivessem que fazer uma revisão orçamental, que era possível fazer o número que entendessem. -----

---Naquele momento a prioridade era a aprovação do documento que tinham que ter, que obviamente se tratava de uma previsão mas que tinha um elevado grau de certeza sendo que tudo o que estava em execução se encontrava consignado no orçamento o que também acontecia relativamente à despesa de recursos humanos e despesa de capital, não se encontrando consignado no orçamento uma parte do que estava a ser trabalhado. -----

---Percebia as intervenções, sendo que das cinco propostas do PSD apresentadas em reunião do Direito de Oposição apenas não tinham colocado duas por motivos diferentes, o campo do Santaluziense e a dotação para a habitação social. -----

---Relativamente ao Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO) informava que até existia uma candidatura aprovada com a dotação de cinquenta mil euros para ser realizado. -----

---Quanto ao campo do Santaluziense tratava-se de um processo administrativo que tinha que ser trabalhado antes de dotarem porque não existia ainda uma consulta ao Parque Natural contudo as expectativas eram enormes quanto ao que iriam realizar mas primeiro tinham que dispor das permissões, da viabilidade de poderem intervir e ainda havia dúvidas quanto à titularidade do terreno uma vez que tinha surgido um particular que se dizia proprietário. -----

---No que se referia à habitação social esta tinha que depender de uma estratégia porque não podia ser analisada freguesia a freguesia, cidade a cidade, sendo necessária a elaboração de um estudo, um

diagnóstico, uma estratégia para implementação pelos terrenos disponíveis numa determinada realidade com ou sem verbas comunitárias, com ou sem empréstimos excecionados, pelo que trabalhariam na matéria esperando que o orçamento do ano seguinte contivesse verbas para a construção de habitação social para que no ciclo eleitoral pudesse, de alguma forma, estar completa. Muitos municípios estavam a anunciar mas desconhecia se iriam concretizar de imediato, no caso de Tavira, quando anunciassem seria para concretizar.-----

----Pensava que era importante referir que não tinham a ideia que sabiam tudo e que tudo tinha que estar espelhado no orçamento sendo que este tinha sido elaborado tal como nos anos anteriores e o que lhes interessava era que o orçamento fosse um instrumento para a aplicação das políticas, o que era muito diferenciador como sabiam, conseguindo prever uma determinada realidade embora existissem questões que não conseguiam prever. Tinham um orçamento com as rúbricas calibradas sendo que tal infestava a leitura simplista da rúbrica social que naquele tipo de orçamentos não podiam dizer que continha duzentos ou trezentos mil euros para a área social pois era um tipo de leitura que nem o documento permitia porque, quem pretendesse saber qual era a verba que estava prevista para as áreas sociais, teriam que ser contabilizadas as rúbricas todas visto em imensas rúbricas existirem verbas para a área social, como era o caso das áreas da educação, ação social, ambiental, ou seja, todas tinham medidas de política social porque a política social não se referia apenas aos refeitórios sociais, mas era constituída por uma multiplicidade de medidas que contribuía para o bem-estar das famílias. Assim, não era verdadeiro o que tinha sido dito uma vez que o orçamento continha muito mais de um milhão de euros para a área social, mas as rúbricas tinham que ser contabilizadas.-----

----Agradecia o contributo de todos, tinham uma reunião marcada para o Direito de Oposição para começarem a dialogar de uma forma mais regular pois considerava que existiam várias ideias que tinham que ser aproveitadas como era o caso do conhecimento prévio dos projetos, contudo sendo tudo visto, tudo escrutinado, tudo aberto à opinião a determinada altura todos eram arquitetos, engenheiros ou juristas. Pensava que a melhor forma de não ser nada feito era criar um grupo de trabalho pois na realidade atual em que todos davam opinião denegrindo o trabalho, o que muitos dos que estavam ali presentes alimentavam, aquele era o primeiro fator para não fazerem nada, porque se era para ter medo da critica que não fossem para aquela atividade porque as coisas não funcionavam daquela maneira, o que tinha acontecido noutra tempo, mas não presentemente. A realidade política com a massificação das redes sociais e da opinião era uma realidade duríssima porque poderia haver quem não estivesse para tal. Quando tinha iniciado a sua atividade política a realidade era diferente da atual pelo que tinham que estar preparados e ter paz de espírito para ler determinadas publicações de pessoas educadas com alguma idade, que num contexto de rede social escreviam coisas absurdas, eram mal-educados, indecentes e não tinham respeito nem por eles próprios. Naquele caminho do vale tudo, não estava para tal.-----

---Tinham um programa para cumprir, respeitando todos, sendo que obviamente que poderiam partilhar os projetos com os autarcas eleitos, a democracia representativa, tal como tinha acontecido relativamente à ponte, com o projeto do Cineteatro que tinha sido validado, e bem, por uma reunião técnica com os arquitetos do projeto. -----

---Sabia que a ponte seria sempre polémica mas quanto ao Cineteatro não tinha que ser. Tinham tido o cuidado de escolher dois arquitetos de Tavira que conheciam bem a realidade sendo que os seus nomes estavam associados a Tavira, dois jovens arquitetos que gostavam da sua terra. Considerava que tinham realizado um bom trabalho mas quando a opinião era livre, e bem, confessava que por vezes chegava à conclusão que mais valia nada fazer, alegando que não tinha sido possível por não existirem verbas ou que os serviços não tinham concluído, do que fazer algo e receber críticas avassaladoras para a destruição da sua imagem. Obviamente que os arquitetos se tinham sentido perplexos, o que era muito complicado. Tinha falado com Ruben Martins que tinha sentido profundamente, tendo ficado desorientado, o que considerava não haver necessidade porque o projeto era espetacular.-----

---Não podiam dizer que o edifício que estava era melhor, pois parecia um pardieiro, ou estariam a acusá-lo de ser responsável por irem preservar aquele prédio que erradamente tinha sido construído nos anos cinquenta pela demolição de um imóvel muito bonito. Se tivessem optado por construir o Cineteatro no local alternativo, no largo da antiga feira, certamente que criticariam de imediato quanto à localização e razão porque não tinham requalificado o existente e o que lhe iriam fazer, se seria demolido e construídos prédios. Era uma questão que não era fácil. -----

---Aceitava as críticas, considerava que poderiam escrutinar mais, que tinham que estar muito atentos à opinião livre porque era um bem desejável mas para a autoestima de quem fazia por gosto, muitas vezes não era fácil porque eram escritas determinadas coisas, algumas por amigos, amigos de partida, amigos de infância e o problema nem era quem escrevia para lançar conversa mas os segundos ou terceiros que por vezes nem eram do concelho e diziam determinadas coisas negativas para atingir, naturalmente, o Presidente da Câmara Municipal. Ele estava no seu último mandato mas não iria ser irresponsável, iria continuar a habitar em Tavira depois de deixar de ser Presidente da Câmara Municipal e não tinha por hábito não responder. -----

---Presentemente o Cineteatro estava transformado, pretendiam cumprir o programa, aceitavam o escrutínio dos deputados municipais que sabiam ser responsável, do que era exemplo as criticas que faziam, pessoas interessadas pela cidade que percebia que se tinham que pronunciar. Reconhecia que tinham que fazer um esforço para partilhar mais mas, que acreditassem, que a realidade das redes sociais era algo muito complexo para a execução de alguns trabalhos na Câmara Municipal.-----

---Concluiu dizendo que aceitava o repto de partilhar mais, de realizar mais reuniões do Direito de Oposição, que acreditassem que aquela questão não era dirigida aos deputados municipais. Tinham um

programa que iriam concretizar mas o que se estava a falar era algo muito complicado sendo que tinha falado com alguns amigos que se sentiam profundamente abalados.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 238/2018/CM, referente ao Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para 2019 informou que iria dividir a proposta em duas partes começando pelo ponto número um referente ao Orçamento Municipal 2019, que foi aprovado por maioria com vinte votos a favor dos Deputados Municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta e Vitor Palmeira, seis votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Artur Sanina, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Luís Brito, Nelson Nascimento e uma abstenção do Deputado Municipal Rodrigo Aires.-----

----Colocou à votação o Mapa de Pessoal 2019 foi aprovado por unanimidade.-----

----O PSD apresentou declaração de voto que se encontra anexa à presente ata como documento número seis.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número sete sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 241/2018/CM, referente à avaliação do ativo imobilizado do Município de Tavira.-----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que se tratava da aprovação do ativo imobilizado que constava na ata número cinco da Comissão de Avaliação. Na prática era para aprovar a ata com o ativo que fazia parte da Câmara Municipal.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 241/2018/CM, referente à avaliação do ativo imobilizado do Município de Tavira a votação, que foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, Jorge Corvo, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Leonardo Martins, Luís Filipe Silva, Luís Brito, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Narciso Barradas, Nelson Nascimento, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta, Vitor Palmeira e, e duas abstenções dos deputados municipais Artur Sanina e Rodrigo Aires.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número oito, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 249/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Santa Luzia – Vila Natal 2018.-----

----O Presidente da Câmara Municipal explicou que costumavam apoiar a realização da Vila Natal com um determinado valor e que no corrente ano tinham reforçado a programação uma vez que o Município também não ia realizar iniciativas para as crianças visto o Mercado da Ribeira se encontrar em obras,

pelo que iriam tentar canalizar para ali. Tratava-se de um reforço no valor de dez mil euros para a Junta de Freguesia realizar o evento para o que também dariam apoio logístico. -----

----O **Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que ainda bem que tinham falado anteriormente sobre a necessidade de reforçarem no orçamento o apoio às freguesias. Na Assembleia Municipal anterior tinham abordado aquele tema e estavam novamente a debatê-lo. Existiam eventos, programas e orçamentos que já eram conhecidos à partida e quando verificavam o orçamento e programa de atividades da Junta de Freguesia de Santa Luzia já tinham conhecimento da realização da Vila Natal que até era um dos preâmbulos da proposta do período Executivo seguinte pelo que considerava que já deveria de integrar o orçamento. -----

----A posição daquela bancada era a mesma que tinham tomado anteriormente relativamente à Freguesia de Tavira porque o que pretendiam era que estivessem integrados nos orçamentos iniciais daquelas juntas de freguesia para que não tivessem necessidade de solicitar apoios pontuais que todos reconheciam que deviam de apoiar. -----

----Passava a ler a declaração de voto:-----

----*«Os deputados municipais eleitos pelo PSD reconhecem a importância de mais uma Edição do evento “Vila Natal” que a Junta de Freguesia de Santa Luzia pretende realizar. Assim, somos totalmente a favor da realização do referido evento “Santa Luzia Vila Natal”.*-----

----*No entanto, consideramos que os apoios financeiros, logísticos, técnicos ou outros, a atribuir excecionalmente às Juntas de Freguesia devem ser alvo de Regulamento Próprio ou de Manual de Boas Práticas que assegure a transparência, a igualdade, a imparcialidade e a justiça para com todas as Freguesias do Município, de forma a dar enquadramento à alínea J) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 – j) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;*-----

----*Consideramos ainda que, tal como referido pelo Sr. Presidente na Tarefa nº 1388846 – “A Vila Natal tem sido nos últimos anos uma referência no concelho de Tavira, que tem atraído muitas pessoas nesta altura do ano e feito a alegria das crianças nesta quadra. A parceria estabelecida entre o MT e a JF de Santa Luzia tem produzido resultados positivos, pelo que se deve manter.”*-----

----*Face ao exposto, este não deve ser considerado um apoio excepcional, uma vez que já se realiza há vários anos, pelo que a dotação financeira para a realização do Evento deveria estar prevista no Contrato-Programa de transferência de competências para a Junta de Freguesia.*-----

----*Tendo em atenção os condicionalismos referidos, os deputados municipais eleitos pelo PSD manifestam o seu voto contra esta proposta e apresentam esta declaração de Voto.»*-----

----O documento original encontra-se anexo à presente ata como documento número sete.-----

----O **Deputado Municipal Carlos Marcelino** disse que pretendia congratular o Executivo porque finalmente prestava ajuda a uma freguesia que tinha ficado esquecida durante quatro anos mas o que o surpreendia era ver ali uma bancada a defender tanto Santa Luzia, não conseguindo compreender.-----

----Naquele momento estava-se a criticar a Câmara Municipal por não dar e depois por dar, portanto não conseguia perceber, mas queria parabenizar o Executivo e a Junta de Freguesia de Santa Luzia porque esta bem merecia e tinha sido esquecida.-----

----Pensava que no final das últimas eleições ninguém falava em Santa Luzia ao contrário do que acontecia presentemente. Estava preocupado com o PSD pois parecia-lhe que dentro de três anos iria ter um forte candidato a Santa Luzia, efetuando assim uma forte aposta, o que não tinha acontecido em anos anteriores sendo que tinha sido ele próprio que nas eleições anteriores tinha defendido Santa Luzia, o que presentemente todos faziam.-----

----Informou que iria votar favoravelmente aquela proposta.-----

----O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que o Deputado Municipal Carlos Marcelino não tinha percebido o que ele tinha dito, mas podia explicar. Aquilo que pretendiam era pura e simplesmente que no ano seguinte o contrato programa das juntas de freguesia fosse reforçado, o que parecia já não ser apenas uma preocupação sua, pelo que se tal acontecesse e se os presidentes de junta não tivessem que andar a solicitar apoios pontuais e pudessem contar com aquelas verbas desde o início, ficaria contente. Se a situação se tivesse que manter, também não tinha qualquer problema porque, como tinha sido dito há algum tempo pelo Presidente da Freguesia de Tavira, José Mateus, e bem, seria sempre aprovado, sendo aquela a tentativa que faziam para que recebessem maior verba logo de início e que a pudessem gerir, o que esperava que entendessem mas se tal não acontecesse seriam julgados por isso sem qualquer problema.-----

----Relativamente àquela questão pretendia apenas que o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, naquele caso Deputado Municipal, retificasse uma situação que tinha dito em Assembleia Municipal anterior, que os membros do PSD da Assembleia de Freguesia não tinham votado contra o projeto Lado-a-Lado mas absteram-se.-----

----O **Deputado Municipal José Graça** considerou que por vezes era necessário efetuar um exercício de memória sobre aquela questão da delegação de competências, dos contratos com as freguesias do Município de Tavira. Não estavam a falar sobre nada que o Município, nomeadamente o Executivo, não pretendesse fazer devendo referir-se que a partir do ano de dois mil e treze, quando tinha sido conhecida a possibilidade de realizar contratos com as freguesias, o Município de Tavira tinha sido o primeiro do Algarve a celebrar os contratos, todavia existiam apoios que eram regulares e outros pontuais.-----

----Tal como tinham aprovado o orçamento onde estavam previstas as verbas necessárias para a delegação de competências, também aprovavam apoios pontuais na Assembleia Municipal, cuja competência tinham.-----

----O que estava inscrito no orçamento para o ano seguinte era no sentido de reforçar claramente as verbas a transferir para as freguesias, bem como as atribuições que as mesmas iriam desenvolver no âmbito da sua atividade regular. Porém existia uma preocupação que não podiam descurar e que os presidentes de junta de freguesia do PS estavam perfeitamente conscientes que era o desafio que vinha pela frente que exigia uma renovação dos quadros das autarquias locais, nomeadamente das freguesias, sabendo que podiam contar com o apoio da Assembleia Municipal sempre e quando esse apoio fosse justificado porque os apoios que eram propostos pela Câmara Municipal não eram aprovados porque tinham que ser, mas analisados na forma como eram aprovados ou não, sendo que por acaso até ao momento tinham sido todos aprovados por serem considerados justificados que não acontecendo, não seriam aprovados. Pretendia que não ficassem ali com a ideia de que as propostas eram aprovadas apenas porque tinham que ser, mas porque se justificavam e a Câmara Municipal fundamentava bem as propostas que lhes apresentavam sendo da sua competência apoiar e aprovar os apoios cedidos pelo Município a outro órgão, instituição, às freguesias.-----

----Concluiu dizendo que as freguesias não eram serviços da Câmara Municipal tendo a sua autonomia administrativa e financeira.-----

----**O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 249/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Santa Luzia – Vila Natal 2018 a votação, que foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Artur Sanina, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Cardeira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta, Vitor Palmeira e Rodrigo Aires, e cinco votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Luís Brito e Nelson Nascimento.**-----

----Passou ao ponto número nove sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 255/2018/CM, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Ano 2019.-----

----**O Presidente da Câmara Municipal disse que era o normal, sendo a taxa máxima de zero vírgula vinte e cinco por cento.**-----

----**O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 255/2018/CM, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Ano 2019 a votação, que foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa, Fernando Rodrigues, Jorge Corvo, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Leonardo Martins, Luís Filipe**

**Silva, Luís Brito, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Narciso Barradas, Nelson Nascimento, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta, Vitor Palmeira e Rodrigo Aires, e uma abstenção do Deputado Municipal Artur Sanina.**-----

----Passou ao ponto número dez, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 256/2018/CM, referente ao Contrato-programa para a Limpeza Pública no Concelho de Tavira (2019-2022).-----

----O **Presidente da Câmara Municipal** disse que aquele era um assunto relevante, que o contrato teria que ser presente a Tribunal de Contas como acontecia em todas as empresas participadas e tinha algumas justificações para acontecer naquela altura. -----

----A primeira justificação era para que houvesse um contrato de limpeza pública no concelho de Tavira o que até ao momento não tinha sido possível celebrar. -----

----A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) obrigava a que a questão da limpeza pública fosse executada de forma separada dos restantes tarifários e desde que a TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM tinha sido constituída tinha-se colocado aquele ónus na tarifa de água, ou seja, a TaviraVerde executava a limpeza pública no concelho de Tavira que não recebia num contrato à parte e era suportada por todos na fatura de água. A ERSAR tinha clarificado as suas posições e dito muito simplesmente que a limpeza pública não podia estar incluída na fatura de água tendo que integrar um contrato à parte sob pena da TaviraVerde não poder candidatar-se a fundos comunitários ou o contrato de gestão delegada, que era obrigatório nos termos da lei para uma empresa que prestasse os serviços que a TaviraVerde prestava, não fosse por eles validada.-----

----Como sabiam, apesar de presentemente Tavira ser uma cidade limpa tinham que efetuar um reforço da limpeza pública devido ao facto de haver mais pessoas, mais urbanizações, mais locais, sendo que tinham que fazer mais passagens nomeadamente em algumas urbanizações onde os serviços de limpeza tinham que passar duas vezes. As pessoas consideravam que estava limpo por não existirem papéis mas ele considerava que estava sujo pelo que iriam proceder a um reforço da limpeza pública sendo para tal necessário o reforço das equipas.-----

----Podiam ter feito uma consulta ao mercado mas tendo uma empresa municipal com uma participação de cinquenta e um por cento municipal, fazia todo o sentido celebrar o contrato com a TaviraVerde que apenas tinha um cliente ou investimento naquela matéria, que era a Câmara Municipal, institucional, sendo os seus clientes o resultado dos vinte e quatro mil contadores a quem fornecia água, mas naquele caso concreto apenas podia ter a Câmara Municipal como cliente.-----

----Existiam dois aspetos fundamentais naquele contrato de um milhão e duzentos mil euros para a limpeza pública que aumentaria a capacidade da empresa. Não tinha sido ele que tinha contratado, mas o anterior Presidente quando da criação da empresa municipal mas, como todos sabiam, existia uma Taxa Interna de Retorno (TIR) do projeto, pelo que tinham que ser responsáveis. Tratava-se de um

contrato a vinte anos e no final a TIR do projeto era uma determinada realidade que tinham que começar a pagar tanto ao sócio privado como público sob pena de no final da concessão terem que desembolsar sete, oito ou nove milhões de euros que representavam a TIR do projeto que a gestão que estivesse na Câmara Municipal no ano de dois mil e vinte e quatro seria obrigado a liquidar para o resgate da concessão.-----

---Com aquele contrato de limpeza pública o que propunham era que o valor do resgate final fosse muito menor na medida em que com a rentabilidade da empresa iam liquidando dividendos quer ao sócio privado quer ao público.-----

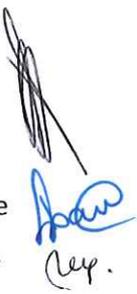
---Aquele contrato iria permitir o desagravamento para todos os consumidores de dez por cento das taxas fixas e variáveis na tarifa de resíduos, o que em alguns casos representava um valor substancial porque dependia da sua volumetria originando um grande abatimento da tarifa.-----

---Considerava que era um bom contrato em que cumpriam os contratos celebrados, a regulamentação da ERSAR, as obrigações, a possibilidade da TaviraVerde se candidatar a fundos comunitários, o reforço da limpeza, o pagamento de dividendos aos sócios, a diminuição do valor do resgate e ainda baixavam o valor da tarifa fixa e variável de resíduos, tendo tido por base uma boa proposta, um estudo económico-financeiro que representava integralmente o valor que tinham considerado pagar pelos preços padrão da TaviraVerde acordados com a Câmara Municipal, que obviamente ali seria deliberado e confirmado ou não, e escrutinado em sede de Tribunal de Contas.-----

---Terminou dizendo que aquele era um dos assuntos que presentemente tinham tido que tratar sob pena de incumprimento da regulamentação da ERSAR que a verificar-se seria a própria Câmara Municipal a colocar-se à margem da Lei, o que não pretendiam, pelo que considerava que seria bom para todos. A Câmara Municipal teria um encargo suplementar de um milhão e duzentos mil euros a adicionar ao milhão de euros para tratamento dos verdes, aos trezentos e cinquenta mil euros para tratamento das praias, o valor da água, lixo e saneamento que também liquidavam como qualquer consumidor porque, como sabiam, a Câmara Municipal tinha que pagar à TaviraVerde em troca do equilíbrio da empresa, dos dividendos, da manutenção dos postos de trabalho e do serviço que era prestado e, ainda, com o abatimento da tarifa de resíduos em dez por cento.-----

---Basicamente aquele era o resultado que pensava constituir uma posição equilibrada, que conseguiam liquidar e procediam de forma legal.-----

---O **Deputado Municipal Artur Sanina** solicitou que o Presidente da Câmara lhe tirasse uma dúvida. A entidade reguladora pretendia que aquele serviço fosse realizado por pessoas especializadas e que o serviço de recolha e limpeza fosse executado em condições de acordo com a Lei. Assim o que pretendia perguntar era se aquele trabalho transitasse para a Câmara Municipal, fosse executado por funcionários da própria Câmara Municipal, se haveria alguma vantagem ou agravamento para o Município e se as



Rep.

-----  
pessoas de Tavira ganhariam com o facto de serem os serviços da Câmara Municipal a realizarem aquele trabalho.-----

----Dando como exemplo o que se tinha verificado em Faro por exigência do Tribunal de Contas, as empresas privadas tinham tido que se separar, a empresa de jardins, deixado a Faro, Gestão De Águas E Resíduos E.M. (FAGAR), tendo os trabalhadores afetos à empresa transitado para o quadro da Câmara Municipal.-----

----Assim o que pretendia saber era se uma situação semelhante traria ou não vantagens, sendo que pessoalmente tinha defendido numa reunião de trabalho do BE que a limpeza fosse realizada pela autarquia transitando para esta os trabalhadores, o que não sabia se nos termos legais era possível e quais as vantagens ou desvantagens que teria.-----

----O **Presidente da Câmara Municipal** disse que tinham com a TaviraVerde um contrato para os assuntos relacionados com o fornecimento de água, lixo e esgotos. Existiam contratos suplementares que poderiam ser abertos ao mercado como era o caso das praias, dos verdes, e da limpeza urbana que, no limite, poderiam contratar externamente empresas, como a TaviraVerde ou outras que realizassem aquele trabalho. O que a ERSAR dizia era que o valor de qualquer daqueles fatores não podia estar incluído no tarifário da água que, por sua vez, também incluía o saneamento e lixo, razão porque os contratos podiam ser por consulta ao mercado ou serem realizados pela Câmara Municipal que presentemente não dispunha dos recursos necessários, nem trabalhadores, nem máquinas, nem estrutura porque com o contrato inicial para a criação da TaviraVerde também tinha sido realizada a cessão da posição contratual dos trabalhadores para uma empresa municipal que era cinquenta e um por cento municipal.-----

----Não fazia sentido que existindo uma empresa que realizava o trabalho a um preço abaixo do preço de mercado porque dispunha de uma estrutura montada, que recorressem ao mercado pois seria muito mais dispendioso e que o Tribunal de Contas tinha validado ao contrário do que tinha acontecido no caso dos verdes em Faro porque a FAGAR que tinha a mesma estrutura acionista que a TaviraVerde tinha tido que contratar uma empresa. Em determinada altura tinham tentado ter verdes mas o Tribunal de Contas não tinha visado porque os estatutos eram diferentes dos da TaviraVerde, que o Tribunal de Contas tinha visado porque o objeto parassocial era diferente apesar da estrutura acionista ser a mesma. No caso da TaviraVerde, o contrato tinha sido elaborado de uma forma em que era possível fazer tudo, razão porque o Tribunal de Contas tinha validado a praias, não como limpeza urbana mas como tratamento específico de praias, e tinha validado os verdes ao contrário do que tinha acontecido com a FAGAR e, seguramente, também validaria aquele contrato de limpeza urbana provavelmente expurgado e analisadas todas as contas porque colocavam sempre bastantes questões naquele tipo de contratos, mas a ideia era de cumprir todo o regulamento.-----

-----Presentemente a Câmara Municipal não possuía condições para realizar aquele serviço. A concessão terminaria no primeiro trimestre do ano de dois mil e vinte e quatro, dentro de cinco anos, e a Assembleia Municipal iria deliberar quanto à extinção ou não do contrato de concessão, que desconhecia se teriam que deliberar formalmente, mas teriam que deliberar a possibilidade da Câmara Municipal ficar com os quarenta e nove por cento da participação do sócio privado ou decidir se se manteria a mesma estrutura acionista, podendo celebrar outro contrato qualquer independentemente do concessionário privado que quisesse ter, decidindo se pretendia manter as participações atuais ou cem por cento do capital social como era o caso da EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM, SA, ou ainda se extinguíam a TaviraVerde e integravam toda a organização numa estrutura semelhante aos serviços municipalizados da Câmara Municipal. Aquelas eram as três opções que a Assembleia Municipal teria que decidir na altura, até lá, teriam que cumprir o modelo de negócio que tinha sido gizado entre a AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA, que pertencia à Somague e que presentemente pertencia a duas empresas japonesas, e o Município de Tavira num processo liderado por Macário Correia cujo acordo estava a ser cumprido porque tinham aquela obrigação. -----

----Referiu o caso de Barcelos que tendo um acordo com a AGS, o Presidente da Câmara de Barcelos tinha decidido denunciar unilateralmente o contrato tendo apanhado uma penalização em Tribunal no valor de cento e setenta e dois milhões de euros que presentemente estava a tentar negociar, pelo que tinham uma ideia de como o Tribunal via aqueles incumprimentos de contratos.-----

----Sempre tinham tentado e tinham tido muitos conflitos com a TaviraVerde uma vez que uns pretendiam uma coisa e, os outros, outra, mas como sócios maioritários de alguma forma sempre tinham conduzido a questão numa linha securitária para que a empresa nunca tivesse prejuízo, o que tinham conseguido cumprir tendo chegado a um ponto consideravam ter que dar o passo em frente. ----

----Concluiu dizendo que basicamente aquele era o resumo, e que a Câmara Municipal não dispunha de quaisquer condições para montar aqueles serviços e recorrer ao mercado significaria pagar mais caro.---

----O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que aquela solução além de obviamente ter que ser tomada e resolvida também iria auxiliar as juntas de freguesia porque eram os grandes responsáveis pela limpeza e quando ainda há pouco era referido que a Câmara Municipal não dispunha de meios para o realizar, eram na maioria das vezes as freguesias que o faziam e quando tinham falado sobre o reforço do apoio às freguesias era também porque o trabalho das freguesias, apesar do PSD não ter nenhuma podendo ficar calados, era de facto de proximidade e muito valorizado naquele aspeto. -----

----O **Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 256/2018/CM, referente ao Contrato-programa para a Limpeza Pública no Concelho de Tavira (2019-2022) a votação, que foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ana Margarida Baioa, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Marcelino, Carlos Sousa,**

**Fernando Rodrigues, Jorge Corvo, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Leonardo Martins, Luís Filipe Silva, Luís Brito, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Narciso Barradas, Nelson Nascimento, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Virgílio Horta, Vitor Palmeira e, e duas abstenções dos deputados municipais Artur Sanina e Rodrigo Aires.**-----

---O Presidente da Assembleia Municipal passou ao décimo primeiro e último ponto da ordem do dia sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 257/2018/CM, referente à Concessão de Circuitos de Transportes Públicos Urbanos na Cidade de Tavira. -----

---O **Presidente da Câmara Municipal** disse que basicamente se tratava de um novo contrato de concessão que tinham para lançar relativo ao Sobe e Desce, por mais dez anos, na configuração existente no presente, com os horários e prolongamento da rede passando a ir à Pegada, ao Pingo Doce na EN125, junto à Guarda Nacional Republicana (GNR) e mais um circuito por forma a, grosso modo, responder ao que era o circuito urbano. -----

---Tinham procedido a uma avaliação e o nível de satisfação era grande, mas não podiam renovar o contrato que já tinham renovado uma vez pelo que estavam a tentar gerir de forma a satisfazer as pessoas sendo que os serviços consideravam que aquele era um ótimo percurso, que funcionava, e que tinha pessoas fidelizadas pelo que iriam tentar captar os alunos das escolas ou, pelo menos, terem um serviço de transporte barato, praticamente gratuito. Cada vez que tentavam que mais estudantes viajassem sem pagar, em alguns locais verificavam-se picos de tensão, sobretudo de manhã, nomeadamente em Marlin, onde tinham que ser colocados desdobramentos para transportar as pessoas todas, mas analisada a questão consideravam que aquele era um serviço que deveria de ser comportável sendo que requeria um contrato de concessão por mais anos porque o nível de satisfação era grande, lamentando apenas que ainda muitos não utilizassem aquele transporte, que conheciam, mas que ainda resistiam a andar de autocarro, o que considerava incrível, pois via os autocarros cheios em determinadas horas existindo outras em que circulavam completamente vazios.-----

---Não tinham alargado a rede para chegar a Santa Luzia porque esse trajeto se encontrava contemplado no processo da AMAL, que como sabiam e já tinha explicado, estava-se a transformar em autoridade de transportes não podendo por isso existir duplicação de redes. Existiam compromissos com o futuro concessionário da rede que poderia ser a EVA Transportes, S.A., a FROTA AZUL ou qualquer outro a nível da região do Algarve desconhecendo quem ganharia o concurso que já tinha sido lançado tendo o início da concessão previsível para setembro.-----

---O **Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 257/2018/CM, referente à Concessão de Circuitos de Transportes Públicos Urbanos na Cidade de Tavira a votação, que foi aprovada por unanimidade.**-----

---O **Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que provavelmente também teriam recebido, mas ele tinha recebido um conjunto de mensagens a solicitarem para que questionasse a razão por que o pinheiro junto ao Cineteatro tinha sido cortado, cuja questão se tinha esquecido de colocar em devido tempo pelo pedia desculpa.-----

---O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que não havia intervenções do público pois não tinha inscrições.-----

---O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que a araucária no âmbito do projeto do Cineteatro não seria cortada porque os arquitetos Ruben Martins e Alexandre Costa tinham programado o Cineteatro numa posição em que manteriam a árvore.-----

---A árvore chamava-se araucária, estava inclinada e num sistema de monitorização da sua oscilação. Tinha ali um documento técnico, a monitorização da oscilação, que posteriormente distribuiria pelos Vereadores, Elsa Cordeiro e Rui Domingos, e entregaria ao Presidente da Assembleia Municipal.-----

---Tinha também uma informação subscrita tecnicamente pela Chefe de Divisão, Elizabete Coelho, que todos conheciam, que dizia: *“As pernadas que o empreiteiro cortou eram dois rebentos de substituição que cresceram na sequência do corte da flecha original anterior a julho de dois mil e onze”*. O que pretendia dizer era que o bico da árvore já não existia há cerca de vinte anos, onde havia um ninho de cegonha, porque ou tinha sido cortado ou destruído numa trovoada, como ainda naquela manhã tinha ouvido estarem a falar, porque aquele tipo de árvore era tipo para-raios, e segundo diziam o bico da árvore tinha sido queimado numa trovoada, decepado, que tinha sido decepado cortando o equivalente, mas a árvore não tinha morrido. No ano de dois mil e onze tinha sido efetuada uma avaliação cujo relatório técnico possuía ali e a árvore tinha continuado a crescer ficando cerca de cinco anos com a configuração que tinha por ter criado rebentos à volta do bico, o que não acontecia com muitas árvore que morriam após o corte do bico.-----

---O que tinha sucedido não devia de ter acontecido porque não tinha sido o que o empreiteiro tinha pedido para fazer, ou os serviços tinham entendido. As pernadas que o empreiteiro tinha cortado eram dois rebentos de substituição que tinham crescido na sequência do corte da flecha original anterior a julho do ano de dois mil e onze conforme se podia constatar pelo relatório que tinha entregado ao Presidente da Assembleia.-----

---Não tinha sido aquele corte que comprometia a forma apical da árvore, mas o que ele tinha pedido, ou que tinham entendido, tinha sido para cortar à volta, acertar as ramagens, pois não conseguia manobrar o basculante. Apesar de ter havido uma conversa técnica ele tinha cortado o bico.-----

---Considerava que o empreiteiro até se estava a revelar um bom empreiteiro, a trabalhar depressa e a aceitar muitas coisas.-----

---À semelhança do que tinha acontecido anteriormente era expectável que se desenvolvessem novos rebentos de substituição e que ocorresse o preenchimento da copa e o crescimento da árvore.-----

----Tinha sido uma ocorrência infeliz porque se tinha verificado um erro de comunicação entre o empreiteiro e a fiscalização uma vez que ele tinha pedido apenas para cortar duas pernadas laterais que não eram o mesmo que dois rebentos de substituição. Na prática, a árvore ia crescendo, o tronco ia crescendo e os dois rebentos de substituição tinham sido cortados que se a situação tivesse sido detetada, a solução técnica passaria pela remoção da grua que se encontrava instalada e a sua substituição por uma grua mais alta.-----

----Encontrando-se árvore como estava, tinha solicitado que efetuassem mais podas à volta para lhe dar uma configuração e não parecesse que tinha sido decepada, todavia de acordo com os serviços, o resultado do relatório que tinha referido, o estilo cónico da árvore já não existia porque ela já tinha sido decepada há muito, tendo começado a crescer praticamente a direito, que era a configuração que tinha.

----Relativamente à sua sugestão de serem efetuadas mais podas, para tentar acertar criando uma configuração cónica, passava a ler: *"...não se afigura como solução uma vez que conforme referi no ponto quatro a copa vai continuar a crescer..."*.-----

----Tratava-se de um erro que não devia de ter acontecido, de uma falha de comunicação que tinha levado a que a árvore fosse cortada indevidamente. Informava que futuramente não estava prevista a retirada da árvore cuja inclinação iriam continuar a monitorizar sendo que, por mera equação, a árvore só seria retirada se o terreno começasse a oscilar, o que também não estava previsto, e que nunca seria efetuado, pois quem seria preso era ele próprio porque não se tirava uma árvore daquele enorme porte, cortando-a aos bocados e relatórios técnicos avalizados sobre o risco de tombar, o que não se verificava presentemente.-----

----Deixava com o Presidente da Assembleia Municipal para que fosse distribuído o relatório que tinha consigo pois tinha calculado que o fossem questionar sobre o assunto, e que era o "Estudo de Avaliação sobre o Estatuto Bioquímico de uma Araucária na Cidade de Tavira", elaborado no ano de dois mil e onze a pedido do atual Executivo relativamente à inclinação da árvore porque muitas pessoas consideravam que ia cair.-----

----Esperava ter respondido à pergunta do Deputado Municipal Jorge Corvo, reforçando que ninguém tinha mandado cortar a árvore, que lamentavelmente tinha acontecido assim, mal, não estava previsto, tendo-lhes sido pedido uma coisa e feito outra pelo que, seguramente, apurariam as responsabilidades sendo certo que o que estava cortado não deveria de estar.-----

----Para terminar, disse que Rui Horta secundado por um conjunto de pessoas, também não tinha perguntado sendo que no âmbito do seu escritório escreviam-se algumas coisas, todos batiam o que percebia porque desde que tinham sido inventadas as notícias falsas iam desgastando a imagem de cada um. Podia ter perguntado, efetuado um telefonema a questionar, mas tal infelizmente já não se usava. Ele geralmente quando tinha dúvidas telefonava porém presentemente publicava-se tudo no *facebook* e, quando à noite iam ver, estava a ser desancado e nem tinha perguntado.-----



---O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que relativamente à questão da divulgação que ficasse bem claro, que até eram acusados do contrário, de que não agiam muito, de serem uma oposição bastante conveniente para o Executivo. Pretendia que ficasse bem claro que apenas após ter falado com o Executivo tinha tomado a decisão de publicar e tornar público a questão das dragagens, pois não dispunha de outro meio, porque a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) tinha tido a decisão que tinha, ou então se não remassem todos para o mesmo lado um dia estariam a colocar o lodo onde quisessem e nada poderiam fazer.-----

---O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que o que tinha acabado de dizer não se referia ao Deputado Municipal Jorge Corvo que tinha tido a preocupação de lhes telefonar, questionar e inteirar-se, o que considerava ser uma atitude responsável e estava à vontade para o dizer.-----

---Quanto às dragagens, o Deputado Municipal tinha-lhe telefonado, telefonado ao Vereador João Pedro Rodrigues, apresentado papeis, reunido, e a partir de certa altura tinha partilhado porque tinha tentado, esforçado por questionar sobre o assunto, sendo que já lhe tinha sinalizado algumas questões, o que considerava bem, o que ele próprio muitas vezes gostava de fazer e o Deputado Municipal tinha-o feito. Porque tinha que lhe fazer aquela justiça, o que tinha dito não se referia ao Deputado Municipal Jorge Corvo.-----

---Considerava que o Deputado Municipal deveria de defender a sua opinião não tendo por que a mudar pois era daquela troca de argumentos que ia sinalizando, vendo, ouvindo e tentando avançar, mas havia argumentos e argumentos, uns que tinham o poder e outros que não, mas sobretudo eram cidadãos interessados.-----

---Terminou dizendo que outra coisa diferente era não perguntar, ver, tirar uma fotografia, guardá-la e colocá-la na rede social escrevendo um comentário e outros comentarem também. Se aquilo era política, tinha mais de cinquenta anos, e afirmava que se chamava outra coisa.-----

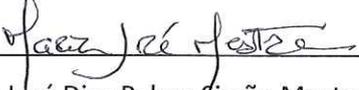
---**Efetuada a leitura das minutas de deliberação, foram todas aprovadas por unanimidade.**-----

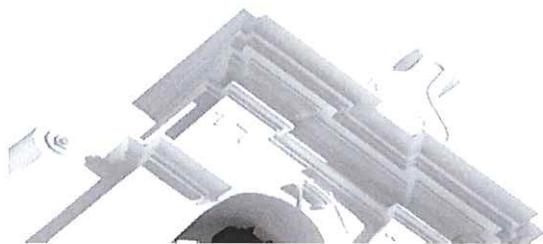
---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas zero horas e cinco minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. -----

A MESA DA ASSEMBLEIA,

José Otílio Pires Baia

Sílvia Alexandra Sanches Soares

  
\_\_\_\_\_  
Maria José Dias Palma Simão Mestre



VOTANTES ATA 29-11-2018 EM 28-02-2019			
	Nomes	Formação partidária	Presenças
1	Ana Cristina dos Santos Palmeira	PS	
2	Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa	PSD	
3	Ângelo Filipe Silva Pereira	PS	
4	Artur António Guerreiro Sanina	BE	
5	Carla Patrícia Maié Martins	PS	
6	Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino	NC	
7	Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
8	Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues	PS	
9	José Epifânio Martins da Graça	PS	
10	José Liberto da Conceição Graça	PS	
11	José Mateus Domingos Costa	PS	
12	José Otilio Pires Baia	PS	
13	Leonardo António Gonçalves Martins	PSD	
14	Luís Manuel Duarte de Brito	PSD	
15	Maria João Teixeira Dias dos Anjos	PS	
16	Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS	
17	Maria Manuela Gonçalves Romão	PS	
18	Maria Otilia Martins Carneira	PS	
19	Narciso dos Reis Martins Barradas	PS	
20	Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	
21	Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	
22	Vírgilio António Horta	PS	
23	Vitor Manuel do Nascimento Palmeira	PS	



## **Bloco Esquerda/Tavira**

### **Moção**

#### **Solidariedade com o autarca italiano Domenico Lucano**

Entre Janeiro e Outubro deste ano já ocorreram 1.987 mortes no mar Mediterrâneo, de acordo com os números da Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência especial da ONU com sede em Genebra. Só no mês de Junho foram 721 as pessoas que morreram no mar. Eram mulheres homens e crianças que tentavam chegar à Europa fugindo à guerra, à opressão e à miséria que viviam nos seus países.

Para além da política errada da União Europeia de pagar ao governo da Turquia a instalação de enormes campos de retenção e de financiar, treinar e equipar a Guarda Costeira líbia para perseguir embarcações com migrantes, as medidas que estão a ser concretizadas por diversos governos europeus dirigidos pela extrema-direita, como acontece na Áustria, Hungria, Itália, Polónia entre outros, estão a provocar um crescente número de mortos no Mediterrâneo. Culpabilização dos imigrantes pelo desemprego e pelas crescentes desigualdades sociais, impedimento à entrada de refugiados, uma retórica xenófoba e de incitamento à violência, são algumas das práticas inadmissíveis cada vez mais utilizadas.

De especial gravidade é a atuação do governo italiano, com a proibição de acesso aos portos do país dos navios das ONGs. que resgatam imigrantes em risco de vida no Mediterrâneo. Ao deixar pessoas à deriva no mar durante dias, sem meios de abrigo, sem comida e sem água, o governo de Itália não só viola normas do direito marítimo internacional, mas também provoca uma tragédia humanitária. Procurar trabalho e uma vida melhor não é crime.

Com o decreto do ministro Salvini de 24 de Setembro último a situação ficou pior, com a alteração das leis sobre o asilo e a criminalização da solidariedade com os imigrantes. Uma das vítimas desta política autoritária e xenófoba do governo italiano foi o presidente da Câmara de Riace, um autarca corajoso de Riace, pequena cidade da Calábria, conhecida pelas boas práticas de integração de refugiados: foi colocado em prisão domiciliária por “favorecer migrantes” oriundos de 25 países.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira reunida em sessão ordinária em 29 de Novembro de 2018, Delibera:

- **expressar a sua solidariedade ao autarca Domenico Lucano, presidente da Câmara de Riace (Piazza Municipio, 89040 Riace, Itália)**
- **manifestar repúdio pelas políticas xenófobas e de perseguição aos refugiados e imigrantes, desenvolvidas por governos dirigidos pela extrema-direita**

**O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda**

Artur Sanina



**Assembleia Municipal de Tavira / Deputados Municipais do PSD**

**Proposta da CMT nº 235/2018 – Determinação da Taxa de IMI**

Considerando,

- Que, o Executivo do Partido Socialista tem vindo a apresentar, de forma repetida e consistente, baixas execuções dos investimentos que orçamenta;
- Que, as receitas fiscais provenientes das diversas taxas de impostos que o Município de Tavira Arrecada deverão ser proporcionais às despesas e, como ta, o esforço dos contribuintes deverá ser avaliado quando em presença de contas equilibradas e um baixo investimento no Município;
- Que, a receita relativa a este imposto, apesar do ligeiro decréscimo que se tem verificado, continua a crescer. Tal ocorre, quer por via da valorização imobiliária, quer pelo crescimento económico deste setor;
- Que, embora, a proposta do Órgão de Gestão do PS contemple uma redução na taxa de IMI de 0,005%, o facto é que, comparativamente ao ano de 2018, o orçamento prevê arrecadar 150.000 de receita proveniente do IMI;
- Que, esta proposta de redução do IMI em 0,005% não é significativa, nem se traduz numa poupança fiscal para todos os munícipes de Tavira, pois face à alteração da metodologia do benefício do “IMI Familiar”, introduzida pelo governo PS, mesmo com esta redução de 0,005, parte significativa pagará mais que em 2016.

Entendemos,

- Que existe condições para garantir um IMI, na ordem dos 0,35%, beneficiando os seus munícipes sem que tal coloque em causa as boas contas e o equilíbrio financeiro municipal.

Assim,

Os deputados Municipais eleitos pelo PSD manifestam o seu voto contra esta proposta e apresentam esta declaração de Voto Vencido, para memória futura de todos os Tavirenses.

Tavira, 29 de Novembro de 2018

Os Deputados Municipais do PSD



**Assembleia Municipal de Tavira – Deputados Municipais do PSD**

**Proposta da CMT nº 236/2018 – Determinação da participação variável no IRS**

Considerando,

- Que, o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estipula que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável de 0% a 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial;
- Que, o Executivo do Partido Socialista nos propõe que os Tavirenses participem nas suas contas, pela taxa máxima de 5%;
- Que, as receitas fiscais provenientes das diversas taxas de impostos que o Município de Tavira arrecada deverão ser proporcionais às despesas e, como tal, o esforço dos contribuintes deverá ser aliviado quando em presença de contas equilibradas e um baixo investimento no Município;
- Que, o Orçamento Municipal proposto introduz, pela primeira vez, a Taxa Turística e que será previsível a sua inclusão, mesmo sem a prévia discussão e a aprovação da Assembleia Municipal.
- Que, o valor previsível a arrecadar com a taxa turística será equivalente ao valor da participação variável no IRS, dos Tavirenses.
- Que, a criação de novas taxas se deverá refletir nos impostos dos municípios;

Entendemos,

- Que, estão reunidas as condições suficientes para que os Tavirenses não paguem esta taxa, sem que tal coloque em causa as boas contas e o equilíbrio financeiro municipal.

Assim,

Os deputados Municipais eleitos pelo PSD manifestam o seu voto contra a proposta em discussão e apresentam esta declaração de Voto Vencido, para memória futura de todos os Tavirenses.

Tavira, 29 de Novembro de 2018

Os deputados Municipais do PSD,



**Assembleia Municipal de Tavira – Deputados Municipais do PSD**

**Proposta da CMT nº 237/2018 – Determinação da derrama**

Considerando,

- Que, o Executivo do Partido Socialista propõe fixar a derrama em 0%;
- Que tal constitui uma isenção de participação no orçamento Municipal para as empresas que tem lucros no nosso Concelho;

Entendemos,

- Que, as empresas com volume de negócios superiores a 150.000€, à semelhança do exigido aos particulares, devem participar na receita do nosso Município.

Assim,

Os deputados Municipais eleitos pelo PSD manifestam o seu voto contra a proposta em discussão e apresentam esta declaração de Voto Vencido, para memória futura de todos os Tavirenses.

Tavira, 29 de Novembro de 2018

Os Deputados Municipais do PSD

## Assembleia Municipal de Tavira – Deputados Municipais do PSD



## Proposta da CMT nº 238/2018 – Orçamento Municipal 2019

Analisado o orçamento municipal proposto pelo Executivo do Partido Socialista, ficam-nos as seguintes reservas e considerações:

Relativamente à receita:

- Incorporação de 900.000,00€ relativos à taxa turística tendo como base, apenas, um estudo da AMAL, sem que exista histórico de receitas deste imposto e, mais grave, sem proposta, discussão e a aprovação da Assembleia Municipal. Aliás, nem tão pouco em reunião de executivo Municipal.

- Nas receitas relativas à determinação da Tava do IMI, da participação variável no IRS e na determinação da derrama, já deixámos a nossa análise e oposição, na discussão das respetivas propostas.

Na despesa:

- Ao nível da despesa de investimento, verificamos que não são considerados um conjunto de investimentos que foram propostos em devido tempo, pelo PSD, quer através dos seus Vereadores, quer no exercício do “Direito de oposição” e que estavam contemplados nos vários programas eleitorais das diferentes forças políticas, sufragados pelos Tavirenses nas eleições autárquicas 2017.

Assim, não está previsto:

- Habitação Social / Habitação a custos controlados
- Arrelvamento do campo de futebol de Santa Luzia
- Novo quartel de Bombeiros Municipais
- Centro de bem-estar animal
- Entre outros...

Sendo este o 2.º Orçamento Municipal deste mandato e sabendo-se que as obras referidas no parágrafo anterior são investimentos morosos e dispendioso, leva-nos a considerar que não irão ser executadas durante este mandato autárquico.

Também não se compreende porque não foi devidamente contabilizado o financiamento das despesas relacionadas com o Objetivo Estratégico 2 – Afirmar e Preservar a identidade de Tavira onde, entre outros, se refere que se pretende afirmar Tavira como comunidade representativa de Portugal com a Dieta Mediterrânica, enquanto cidade das artes, dos sabores e dos saberes.

Em resumo, mais uma vez, o orçamento é, apenas, um rascunho indecifrável na sua aplicação e à espera de Fevereiro ou Março para a incorporação do saldo de gerência.

Face ao exposto, consideramos que o Orçamento Municipal 2019 não cumpre os pressupostos necessários, tanto ao nível da receita como da despesa, para que o mesmo seja votado favoravelmente.

Assim,

Os deputados Municipais eleitos pelo PSD manifestam o seu voto contra a proposta em discussão e apresentam esta declaração de Voto Vencido, para memória futura de todos os Tavirenses.

Tavira, 29 de Novembro de 2018

Os deputados Municipais do PSD,

**Assembleia Municipal de Tavira / Deputados Municipais do PSD****Declaração de Voto****Proposta da CMT nº 249/2018 – Atribuição de apoio à Freguesia de Santa Luzia**

Os deputados municipais eleitos pelo PSD reconhecem a importância de mais uma Edição do evento “Vila Natal” que a Junta de Freguesia de Santa Luzia pretende realizar. Assim, somos **TOTALMENTE A FAVOR** da realização do referido evento “Santa Luzia Vila Natal”.

No entanto, consideramos que os apoios financeiros, logísticos, técnicos ou outros, a atribuir excecionalmente às Juntas de Freguesia devem ser alvo de Regulamento Próprio ou de Manual de Boas Práticas que assegure a transparência, a igualdade, a imparcialidade e a justiça para com todas as Freguesias do Município, de forma a dar enquadramento à alínea J) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 – j) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Consideramos ainda que, tal como referido pelo Sr. Presidente na Tarefa nº 1388846 – “A Vila Natal tem sido nos últimos anos uma referência no concelho de Tavira, que tem atraído muitas pessoas nesta altura do ano e feito a alegria das crianças nesta quadra. A parceria estabelecida entre o MT e a JF de Santa Luzia tem produzido resultados positivos, pelo que se deve manter.”,

Face ao exposto, este não deve ser considerado um apoio excecional, uma vez que já se realiza há vários anos, pelo que a dotação financeira para a realização do Evento deveria estar prevista no Contrato-Programa de transferência de competências para a Junta de Freguesia.

Tendo em atenção os condicionalismos referidos, os deputados municipais eleitos pelo PSD manifestam o seu voto contra esta proposta e apresentam esta declaração de Voto.

Tavira, 29 de Novembro de 2018

Os Deputados Municipais do PSD,